

SUMAIA ABDALLAH SLEIMAN

**DESENVOLVIMENTO EM ANÁLISE: UMA PERSPECTIVA UTÓPICA
DAS CORPOTERRITORIALIDADES**



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (UCDB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO / DOUTORADO
CAMPO GRANDE - MS
2024**

SUMAIA ABDALLAH SLEIMAN

**DESENVOLVIMENTO EM ANÁLISE: UMA PERSPECTIVA UTÓPICA
DAS CORPOTERRITORIALIDADES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob a orientação do Professor Josemar de Campos Maciel



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO / DOUTORADO
CAMPO GRANDE - MS
2024**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: “Desenvolvimento em análise: uma perspectiva utópica das corpoterritorialidades”

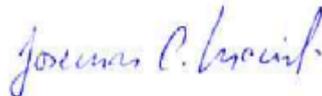
Área de concentração: Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades.

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidade e Diversidade na Dinâmica Territorial.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Exame de Defesa aprovado em: 04/04/2024

A presente defesa foi realizada por videoconferência. Eu, Josemar de Campos Maciel, como presidente da banca assinei a folha de aprovação com o consentimento de todos os membros, ainda na presença virtual destes.



Prof. Dr. Josemar de Campos Maciel (orientador)
Profa. Dra. Venise Melo (UFMS)
Profa. Dra. Anita Guazzeli Bernardes (PPGDL/UCDB)

S632d Sleiman, Sumaia Abdallah
Desenvolvimento em análise: uma perspectiva utópica
das corpoterritorialidades/ Sumaia Abdallah Sleiman
sob orientação do Prof. Dr. Josemar de Campos Maciel.--
Campo Grande, MS : 2024.

90 p.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) -
Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande- MS,
2024

Bibliografia: p. 84-90

1. Utopia. 2. Feminismo. 3. Desenvolvimento I.Maciel,
Josemar de Campos. II. Título.

CDD: 321.07

*Ni la tierra ni las mujeres somos territorio de
conquista!*
Um grafitti do coletivo *Mujeres Creando*,
Bolívia.

AGRADECIMENTOS

Escrever é uma forma de agradecer aqueles que vieram antes de mim e neste caso é um ato de autodefesa coletiva de corpos e territórios. Escrever como quem fecha o corpo para as violências que o mundo patriarcal, neoliberal e colonialista nos impele. A escrita é coletiva e os agradecimentos são para aquelas e aqueles que tanto perto como longe, me ensinaram que é necessário lutar com as armas que o nosso corpo nos dá e instrumentos que podemos compartilhar, como essa dissertação.

Compartilho esta pesquisa e agradeço a todos aqueles que se fizeram presente na construção do pensamento até agora, principalmente à minha mãe que sempre esteve ao meu lado e nunca soltou a minha mão.

Ao meu orientador, professor Josemar estendo todo o amor e agradecimentos por estar sempre caminhando lado a lado, desde a Filosofia, contribuindo diretamente com reflexões que me atravessaram e atravessam essa pesquisa.

Aos professores e colaboradores do Programa com que tive a oportunidade de aprender dentro e fora dos corredores da universidade.

À FUNDECT por incentivar a pesquisa neste país, bem como ter oportunizado a mim uma bolsa de estudos que possibilitou que eu cursasse o presente mestrado e pesquisa.

À UCDB, pelo acolhimento e incentivo a pesquisa, desde a graduação em Filosofia.

E, por fim agradeço ao meu pai Oxóssi por estar sempre me guiando nas jornadas da vida e me ensinando que é necessária uma flecha só para que a fartura e o conhecimento sejam possíveis.

RESUMO

Esta pesquisa apresenta críticas aos modelos de desenvolvimento hegemônicos, tendo em vista os diversos caminhos que o conceito de desenvolvimento percorre. Apesar dos conceitos de desenvolvimento serem diversos, definimos nosso foco nos modelos que apresentam uma lógica colonialista, capitalista, neoliberal e patriarcal. O objetivo deste trabalho é buscar, no feminismo, as possibilidades de superação do atual modelo de desenvolvimento. A hipótese central é que os modos de (re)existência dos movimentos feministas, como potência transformadora, a partir das críticas aos modelos hegemônicos, criam espaços de reflexões e mudanças concretas ao atual modelo de desenvolvimento. Nesta pesquisa, realiza-se uma breve análise sobre como o discurso de progresso proposto pela elite patriarcal que produz desigualdades, violências e são incompatíveis com os modos de existência, na atual configuração da sociedade. É evidente que os modelos de produção do atual sistema precisam necessariamente ser patriarcais, sendo que, para que haja a preservação do sistema neoliberal é preciso a manutenção dos modos de opressão. O primeiro esforço foi evidenciar que o atual projeto de desenvolvimento possui em suas estruturas, sistemas de opressão, centralizando a produção e o poder nas mãos de uma parcela específica da população, incidindo diretamente em todas as esferas da vida social dos sujeitos, os subalternizados. Nesta pesquisa busca-se construir modelos afirmativos de desenvolvimento a partir das práticas já existentes, como no caso do feminismo e do Bem Viver, baseando-se no conceito de Utopia.

Palavras-Chave: Utopia, Feminismo, Desenvolvimento.

RESUMEN

Esta investigación presenta críticas a los modelos de desarrollo hegemónicos, teniendo en cuenta los diferentes caminos que toma el concepto de desarrollo. Aunque los conceptos de desarrollo son diversos, definimos nuestro enfoque en modelos que presentan una lógica colonialista, capitalista, neoliberal y patriarcal. El objetivo de este trabajo es buscar, en el feminismo, las posibilidades de superación del modelo de desarrollo actual. La hipótesis central es que los modos de (re)existencia de los movimientos feministas, como poder transformador, basados en la crítica a los modelos hegemónicos, crean espacios de reflexión y cambios concretos al actual modelo de desarrollo. En esta investigación se realiza un breve análisis sobre cómo el discurso de progreso propuesto por la élite patriarcal produce desigualdades, violencia y es incompatible con los modos de existencia en la configuración actual de la sociedad. Es evidente que los modelos de producción del sistema actual necesariamente deben ser patriarcales, y para que se preserve el sistema neoliberal se deben mantener los modos de opresión. El primer esfuerzo fue resaltar que el actual proyecto de desarrollo tiene en sus estructuras sistemas de opresión, centralización de la producción y del poder en manos de una porción específica de la población, afectando directamente todas las esferas de la vida social de los sujetos, los subordinados. Esta investigación busca construir modelos alternativos de desarrollo basados en prácticas existentes, como es el caso del feminismo y el Buen Vivir, a partir del concepto de Utopía.

Palabras clave: Utopía, Feminismo, Desarrollo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. O DESENVOLVIMENTO E SUA PROBLEMÁTICA. A QUEM SE DESTINA?	16
1.1 A problemática latino-americana do desenvolvimento.	20
1.2 A problemática latino-americana do desenvolvimento a partir do feminismo.	35
2. O NOVO TEMPO COMO ANTOLOGIA DO PASSADO.	44
3. OUTRAS UTOPIAS	56
3.1 Utopias femininas	61
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	72

INTRODUÇÃO

As dinâmicas de poder da sociedade capitalista produzem fragilidades na atual configuração da sociedade. Esse modelo que se configura a partir de elementos do liberalismo e colonialismo é constituído sob domínio, exploração e apropriação de corpos e territórios, desestabilizando e fragmentando os sistemas socioeconômicos, e provocando riscos às estruturas democráticas e aos seus agentes¹.

O colonialismo segundo Quijano (2005), é um dos elementos constitutivos da ordem mundial capitalista e ponto central para a compreensão do sistema contemporâneo vigente. O capitalismo necessitou do modelo colonial para se constituir como sistema mundial – espalhando em sucessivas ondas de expansão as suas práticas de dominação e acumulação de capital através da exploração dos corpos-territórios

Utilizaremos nesta pesquisa o conceito de “corpo-território” da doutora em ciências sociais, Verónica Gago (2020). Segundo a autora este é um conceito político que evidencia “como a exploração dos territórios comuns e comunitários (urbanos, suburbanos, camponeses e indígenas) implica violentar o corpo de cada um e o corpo coletivo por meio da espoliação” (p.107). O desocultamento e a *mise en évidence* da relação entre corporeidades e, daí, entre as vivências de subjetividade e seus enraizamentos, necessita desse conceito composto que ao mesmo tempo em que expande, enraíza as práticas nas identidades em construção.

Para Gago (2020), o corpo se traduz de duas formas. Primeiro, como campo de batalha, enquanto ele é localizado no recorte entre a violência e assassinato de subalternizados e subalternidades, renovando pactos coloniais. Segundo, como campo de forças que resistem no combate a esses conflitos. A autora resgata o conceito de “corpo-território” dos movimentos antiextrativistas latino-americanos, que em sua maioria são liderados por mulheres que lutam há anos contra projetos neodesenvolvimentistas vinculados às dinâmicas extrativistas e à expropriação sistemática de terras (Shiva & Mies, 1998; Junka-Aikio & Cortes-Severino, 2017), além de sustentarem um modelo de vida imperial (Acosta & Brand, 2017).

¹ Compreendemos os agentes neste caso como aqueles que configuram e estabelecem a manutenção do “sistema terra” (remetendo ao sistema terrestre autorregulador, porém ao mesmo tempo regulado e influenciado diretamente pelo “homem”), como os povos originários que vivem em certo território pré-colonização.

Corpo-território compactados como única palavra desliberaliza a noção do corpo como propriedade individual e específica uma continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo *enquanto* território. O corpo se revela, assim, composição de afetos, recursos e possibilidades que não são “individuais”, mas se singularizam, porque passam pelo corpo de cada um na medida em que cada corpo nunca é só “um”, mas o é sempre com outros, e com outras forças também não humanas (GAGO, 2020, p.107).

O corpo-território, portanto, é um movimento inverso ao da propriedade privada que se apoia na expropriação para se apropriar. A noção de corpo-território construída a partir da potência dos feminismos, propõe uma outra noção de posse, pautada em termos de uso e não de propriedade (GAGO, 2020). É a partir dessa outra noção de posse que o corpo-território se firma como cartografia política do conflito, onde o corpo se torna território de batalha tecendo alianças ao devir. A corpoterritorialidade seria assim, de certo modo, uma espécie de *abigarramiento*, daquelas realidades que surgem como amálgamas e se afirmam como luta e dinamismo, em si mesmas, para além da contradição, mas sem deixá-la, e sobretudo, sem deixar de aproveitar as suas capacidades de tensionamento (Cusicanqui, 2018).

A potência feminista do corpo-território segundo Gago (2020), permite observar a posse ou o “ter” em outro sentido – contrário ao dos megaprojetos neoextrativistas² em que a espoliação é uma lógica contínua da acumulação primitiva. Este sentido de “ter” como posse, tem relação ao fazer parte daquilo que se fala, não no sentido de propriedade, mas no sentido de usar e ser em comunhão. A autora faz referência à questão da interdependência da vida que compõe tanto o ser como o ter, tanto do corpo como do território, que é comum aos espaços e tempos – em conjunto. O território está intimamente ligado à identidade, produção e ampliação de riqueza³ que é compartilhada, assim como o cuidado e a defesa da vida. Há uma ligação comum entre a terra e as lutas de mulheres por direitos, uma vez que a reprodução da vida acontece por meio das “mãos das mulheres” daquele território onde há matéria, memória, trajetória e recursos.

² Gudynas (2009), define neoextrativismo como um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação dos recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção internacional subordinada. O neoextrativismo, portanto, corresponde a uma reconfiguração do extrativismo que era definido por um conjunto de estratégias de desenvolvimento econômico que se baseava na extração de um grande volume de recursos naturais para a comercialização sem nenhum, ou quase nenhum processamento.

³ A riqueza neste caso se refere aos meios de produção da vida, recursos de sobrevivência e manutenção da existência da população no território.

A profunda penetração do capital e da exploração pode ser observada a partir da escala corporal. Para Segato (2004), a apropriação dos territórios também pressupõe a posse violenta dos corpos das mulheres como parte do que pode ser sacrificado em prol do controle territorial. O corpo-território como movimento de luta antiextrativista se plasma na defesa da vida, da terra e da água que além de serem recursos limitados, possibilitam a existência de todos. A luta coletiva que se faz com o corpo-território e a partir dele, segundo Gago (2020),

[...] dá lugar a novos modos de organização, de sociabilidade, a novas táticas de intercâmbio, à criação de territórios existenciais, de pontos de vista. São práticas que defendem e inventam, conservam e criam, resguardam e atualizam e, nesse movimento, produzem valor em um sentido amplo (p.110).

O corpo, portanto, transborda e se expande frente à ampliação do extrativismo, espoliação e exploração dos corpos-territórios, inventando outros modos de vida que não seguem a lógica colonial, patriarcal e capitalista da apropriação predatória. A descolonização surge como dimensão prática ao se falar de corpo-território dentro dos feminismos indígenas e comunitários, não há descolonização se não houver despatriarcalização. Como afirma María Galindo (2013), a estrutura colonial depende da sociedade patriarcal assim como a estrutura patriarcal necessita da sociedade colonial para se firmar, uma não pode existir sem a outra.

A partir das leituras feministas que protagonizam lutas e narram a violência do projeto de desenvolvimento latino americano – como é o caso do neoextrativismo, dominação dos territórios e assassinato das populações subalternizadas -, é possível observar a relação entre a colonização capitalista, despojo extrativista, espoliação e violência contra as mulheres. Seguindo essa lógica há, portanto, um regime político muito bem estabelecido que conecta as formas de acumulação, exploração da força e violências. A função do corpo-território neste contexto de luta é de conceber uma soberania sobre o próprio corpo “para concebê-lo a partir do prazer e da resistência ao avanço neocolonial, em uma gramática que suscita outra economia política” (Gago, 2020, p.114).

A exploração assim como o extrativismo não são apenas modalidades econômicas, mas um regime político que se apresenta articulada à violência sexual e política, se renovando ao longo dos anos por meio dos discursos do desenvolvimento. O projeto de modernização que surge junto a esses discursos tenta ocultar o modo predatório e arcaizante das elites metropolitanas do capital global (Cusicanqui, 2018).

Para Veronica Gago (2020), é necessário compreender a lógica extrativista como “nova forma de despojo e exploração evidenciada por conflituosidades concretas”. Essa lógica neoextrativista que aparece tanto como lógica de valorização, como um regime político – e não apenas econômico – é ampliada para além das matérias primas encontradas em território camponês ou indígena. Essa mesma lógica se expande a territórios urbanos e suburbanos. Portanto, a lógica extrativista como produção de valor de modo privilegiado de acumulação capitalista, nos permite analisar e compreender porque as novas formas de exploração, assim como a violência e contra os corpos-territórios das mulheres são alvo principal desta prática.

[...] a noção de corpo-território no contexto das lutas protagonizadas por lideranças territoriais é estratégica, pois se torna ponto de análise, compreensão e ação prática que explica tanto o caráter extensivo quanto o intensivo da extração atual e a relação orgânica entre a acumulação de capital e a violência heteropatriarcal e colonial hoje (GAGO, 2020, p.118).

A luta feminista traz luz aos conflitos sociais em torno do discurso do desenvolvimento, que como observamos anteriormente tem sua principal fonte econômica a violência. O extrativismo excede a extração dos recursos naturais, a expansão de fronteiras, por exemplo possui outras dinâmicas sociais, políticas e econômicas que vão além da terra e seu subsolo, ele se amplia por meio

[...]de contextos imobiliários urbanos – incluindo as especulações formais -, aos territórios virtuais da “mineração de dados” (*data mining*) e do algoritmo, e, fundamentalmente, às economias populares, cuja vitalidade é extraída por meio de dispositivos de endividamento (GAGO, 2020, p.119).

A perspectiva feminista a partir das lutas contra a espoliação e violência fornece bases para a compreensão de como o extrativismo opera sobre os corpos e territórios ao impor privatizações e hierarquizações por meio de violência cada vez mais intensa. As disputas, violências e opressões são bases do patriarcado tanto no território como no corpo, pois o corpo é território, assim como o saber é território, a ação coletiva é território, a educação é território, possuem uma conformação dentro dos (des)limites de pertencimento. As mulheres em luta contra a mineração em Abya Yala nos ensinam como construir identidades com base na resistência, articulação e diálogos, encaminhando ações orientadas à proteção das defensoras do território que denunciam empresas mineradoras e Estados (BLAU & MIJANGOS, 2023, p. 34).

O extrativismo, denominado por algumas articulações de mulheres como violência ambiental contra as mulheres, continua sendo o pilar de um modelo de desenvolvimento pautado na modernidade e no crescimento econômico.

A economia imperial do capital, o modo de vida imperial das elites que detêm o controle oligopólico dos meios de violência, somente se faz “sustentável” à custa da exploração extrativista dos corpos e territórios, ou seja, da vida em suas formas históricas elementares. Por isso, o capital é uma necroeconomia de fronteira (ARÁOZ, 2023, p.457).

O crescimento e expansão do consumo acabaram gerando uma má interpretação de como funciona o crescimento e desenvolvimento no sistema moderno capitalista. O crescimento das economias latino-americanas, por exemplo, ainda se sujeita ao modo capitalista-periférico-dependente para sua expansão, que cada vez mais se aprofunda em condições históricas e estruturais de superexploração, de predação da Terra e dos corpos como matéria-prima para a realização da acumulação global (ARÁOZ, 2023).

O padrão civilizatório estabelecido pelo modelo hegemônico de desenvolvimento, produz violências monoculturais, patriarcais e sistêmicas ao planeta, torna a vida cada vez mais difícil de ser sustentada. O desenvolvimento impulsionado pelo projeto de modernização se baseia principalmente na acumulação de capital, apropriação de corpos-territórios e na exploração dos recursos naturais.

Trazendo luz a esse modelo de desenvolvimento hegemônico⁴ - que é base fundamental para o sistema capitalista, assim como o patriarcalismo - observamos que esta configuração não contribui efetivamente para a manutenção da existência terrestre, sendo necessários assim, outros modos de pensar o desenvolvimento social, político e econômico, para além deste que constantemente produz crises e tensionamentos históricos.

O acúmulo de capital e sequestro dos bens de produção ainda se apresenta - dentro deste sistema - como única forma de se pensar o desenvolvimento, atuando como regulador econômico. As tensões geradas por esta configuração aparentemente única de sociedade moderna (capitalista), reproduzem formas de exclusão, desigualdades e violência tanto no campo social e ecológico – com o racismo e racismo ambiental⁵ –

⁴ Hegemônico no sentido do novo padrão mundial de sistema capitalista, este que constrói suas bases a partir do patriarcado, da burguesia e do conservadorismo branco.

⁵ Racismo ambiental é um termo utilizado para se referir ao processo de discriminação em que a população periférica, evidenciando uma violação de seus direitos. As populações periféricas têm seus direitos violados pelos danos ambientais que os atingem diretamente.

como no campo dos imaginários, excluindo a possibilidade de se pensar outros modos de existência.

A dominação dos sujeitos e de seus territórios, por meio deste modelo hegemônico que é apresentado por uma parcela específica da sociedade como único caminho ao progresso, esvazia a compreensão do social como coletivo, subalternizando os sujeitos e esgotando suas possibilidades de pensar mudanças substanciais, a qual poderia proporcionar desenvolvimento efetivo dentro de seus territórios a partir de configurações próprias de existência. O modo de produção capitalista se utiliza do discurso do progresso visando garantir as práticas de exploração dos corpos-territórios para a produção e acúmulo de capital, movimentando as engrenagens do sistema necropolítico⁶.

A modernização rumo ao progresso “é a instrumentalização da razão dominante que o capital impõe” (QUIJANO, 1991). O desenvolvimento neste sentido é o difusor da ideia de progresso e modernização da América Latina, porém, esta ideia aparece no sentido da racionalidade capitalista e corresponde à dominação de corpos e territórios.

Observamos com muita cautela e preocupação a construção deste futuro que tem em seu discurso uma ideia de progresso que contempla apenas uma parcela da sociedade. A constituição da modernidade e do progresso por meio do desenvolvimento econômico e social é eurocentrada desde seu início, como forma de dar continuidade a exploração dos povos “subdesenvolvidos” em nome da acumulação de riquezas para o tal do progresso da sociedade.

Em virtude dos caminhos – contraditórios - tomados pela sociedade moderna capitalista e diante dos últimos eventos extremos - como crises climáticas, sanitária internacional e conflitos de interesse econômico, político/social – entendemos que a ideia proposta de construção do futuro da sociedade possui uma conformação de

⁶ O conceito de necropolítica é desenvolvido pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2016), como estratégia de poder que atravessa os limites dos Estados-nação modernos, se estabelecendo nos territórios em que a dignidade, o direito e a vida são extremamente difíceis. O filósofo compreende a soberania como uma relação previsível de transgressão, sendo que o Estado enquanto soberano, está autorizado ao ato de transgressão da morte, em outras palavras: “A política é, portanto, a morte que vive uma vida humana. Essa também é definição de conhecimento absoluto e soberania: arriscar a totalidade de uma vida [...] a política só pode ser traçada como uma transgressão em espiral, como aquela diferença que desorienta a própria ideia de limite. Mas especificamente, a política é a diferença colocada em jogo pela violação de um tabu (MBEMBE, 2016, P.124-126)”. O objetivo da política moderna, enquanto possibilidade de transgressão, não se compreende mais como possibilidade de resolução de conflitos de maneira racional, mas como foco de soberania e violência. A necropolítica é, portanto, sinônimo de política moderna que pratica a soberania através de atos de transgressão, como a morte. Aliado ao racismo como elemento concreto de exclusão da própria possibilidade de viver, a necropolítica distribui mortes.

domínio e exploração dos recursos naturais sem fim, em nome apenas do desenvolvimento socioeconômico deixando de lado a vida e a sobrevivência dos seres.

Ao falar da construção do futuro não podemos deixar de pontuar que este não se trata de uma evolução da natureza, mas sim de um lugar que se constrói a partir de proposições que se formulam dentro de uma perspectiva histórica e humana. A construção de futuros atravessa o método utópico, que é pensado neste trabalho como um campo aberto ao possível a partir de visões críticas e análises das experiências vividas por alguns agentes sociais específicos, como as mulheres, os subalternizados, os povos originários, população negra e a comunidade LGBTQIA+. A dimensão metodológica da utopia inaugura uma abordagem crítica traçando adjacências geográficas como modo de interpretar e interrogar a história e dar luz a um futuro de mudanças.

Tanto para Ernst Bloch (2005) como para Paul Ricoeur (2017), a função da utopia é de promover um distanciamento das situações presentes nos permitindo julgar o que estamos fazendo à luz do que poderíamos ou deveríamos estar fazendo. A utopia não só nos encoraja a pensarmos sistematicamente diferente em relação ao futuro mas também “nos oferece um quadro imediatamente perceptível ou, ao menos, uma espécie de conjunto diretamente de significações” (MANNHEIM, p.151).

A forma particular de pensar a utopia se torna importante em termos éticos em relação ao futuro que dialogue necessariamente com as experiências da atual administração da vida na terra. As ações do presente inevitavelmente determinarão o que será do futuro, em outras palavras, o nosso futuro depende das decisões tomadas no presente.

Enquanto a filosofia política pode começar a partir de bens abstratos como justiça, a equidade ou a igualdade, a abordagem sociológica força a questão de como estes são desempenhados na prática, como são incorporados no design das instituições sociais e nos processos da vida cotidiana (LEVITAS, 2017, p.7).

O futuro que o modelo de desenvolvimento contemporâneo nos propõe e que já se mostra como destrutivo à existência terrestre é aquele que reproduz crises constantes, como já pontuamos anteriormente. Para podermos construir futuros coletivos de existência, precisamos repensar os modelos de desenvolvimento que são utilizados pela sociedade como projetos modernos de progresso ao reconstruirmos utopias que sejam concretas no sentido do esperar para o futuro possível, ao planeta e seus sujeitos. Não há futuros possíveis se continuarmos seguindo a lógica da acumulação, da

violência e da apropriação de corpos e territórios. O discurso do progresso proposto pela modernidade contempla apenas uma parcela específica da população e seu objetivo maior não é a manutenção das vidas e dos recursos naturais e sim sua destruição desenfreada em nome do lucro.

As utopias não aparecem apenas como narrativas de ficção, mas como um sistema aberto - um método - que busca pensar outras formas de existência a partir dos tensionamentos e conflitos presentes na realidade vivida e concreta, buscando a superação de tal realidade. O projeto utópico, portanto, se apresenta como um sistema aberto que constrói por meio de projetos políticos sociais e reflexões, promovendo dentro dos espaços de construção epistêmica formas de construção de realidades outras, buscando a superação das crises.

A utopia neste caso é construída em contraponto ao sistema hegemônico fornecido pelo modelo presente de desenvolvimento e progresso, este construído a partir das formas predatórias do colonialismo, capitalismo, patriarcado e outras opressões. A esperança utópica assim como seu método traduzem uma necessidade de pensar criticamente a realidade social para que seja possível a sua reconstrução. Diferente dos argumentos anti-utópicos que representam planos que nunca se realizarão designada pelos representantes dos grupos dominantes que se sentem ameaçados (RICOUER, 2017, p.316), podendo dar origem a algum tipo de violência, a Utopia utilizada nesta pesquisa tem como corrente principal hipóteses de construção da sociedade a partir de um processo de especulação de um futuro em potencial. A autora Ruth Levitas (2017), chama este processo de *Imaginary Reconstitution of Society* (Reconstituição Imaginária da Sociedade) - mais que um processo é um método.

Segundo Ernst Bloch (2005), um dos mais importantes pesquisadores sobre o esperar utópico, o presente é uma espécie de ponto cego sendo assim necessário a utopia, pois ela sustenta um sonho para a frente, não aponta para o agora, mas busca o presente autêntico para que se construa um futuro concreto. Segundo o autor,

O homem é alguém que ainda tem muito pela frente. No seu trabalho e através dele, ele é constantemente remodelado. Ele está constantemente a frente, topando com limites que já não são mais limites; tomando consciência deles, ele os ultrapassa. (BLOCH, 2005, V.1, p. 243).

A função utópica para Bloch (2005), aparece como uma atividade do afeto expectante, como intuição da esperança no sentido positivo em relação ao horizonte histórico, que ocorre ao nos perguntarmos sobre o mundo e nos depararmos com a

violência, desigualdades e mortes, pois “onde existe esperança, existe dificuldade” (AHMED, 2022, p.15). Segundo o autor, a fantasia criada pela função utópica não é uma mera fantasia quimérica, pois não se move por uma possibilidade vazia de sonho abstrato, mas está associada ao possível real e concreto de mudança. Esta vontade de mudança criada pela utopia impulsiona o ser humano a construção de outra realidade, para além desta que está em tensionamento, porém é importante destacar que para que ocorra um impulsionamento é necessário o desenvolvimento de um pensamento crítico, como um despertar da alienação. Como no caso do feminismo em que depende de nossa habilidade de seguir reivindicando seu lugar no mundo que lhe é arrancado por injustiças como racismo e sexismo, peças fundamentais do capitalismo tardio.

Pensaremos nesta pesquisa uma utopia feminista que tem como objetivo a superação do modelo necropolítico da sociedade atual, que consiste na manutenção de práticas exploratórias de corpos e territórios provenientes do modelo de progresso tutelado pelas elites socioeconômicas. Sendo assim, a partir do encontro com algumas utopias feministas que já foram pensadas em outros momentos de tensionamento históricos, construiremos pontes para pensarmos futuros coletivos, em contraponto aos modelos hegemônicos de desenvolvimento que constroem futuros anti-utópicos.

Uma das perguntas principais que move essa pesquisa é: de que maneira o desenvolvimento atual seria afetado se fosse gerido a partir de um olhar coletivo e feminista? Pensando na possibilidade de reconstrução da ideia de desenvolvimento a partir desse olhar utópico e feminista, percorreremos um caminho desde a problemática do desenvolvimento socioeconômico e quem ele impacta até as experiências utópicas que nos mostram a possibilidade de superar as crises do presente olhando para o passado para construirmos um futuro.

Para atingirmos os objetivos da pesquisa, serão empregados dois movimentos metodológicos. O primeiro proposto por Ruth Levitas (2013), que utiliza a utopia como método prático para a construção de sociedades alternativas e críticas aos modelos hegemônicos.

Modelos utópicos são explicitamente holísticos, imaginários, críticos, normativos, prescritivos e – muitas vezes – orientados para o futuro. Apesar disso, a maioria destes contém descrições de condições presentes, não apenas como vias para melhores utopias, mas também como explicação de como processos sociais funcionam e que, portanto, precisam mudar. Neste sentido, são orientados para o presente. Mas utopia envolve a reconstituição imaginária da sociedade em um sentido levemente diferente: é o imaginar de uma sociedade reconstituída, sociedade imaginada de outra maneira, mais do que meramente sociedade imaginada (LEVITAS, 2013, p. 83-84).

O segundo é proposto por Linda Tuhuwai Smith (2021) que articula a desconstrução do conhecimento científico ocidental, priorizando o conhecimento anticolonial e das populações subalternizadas. Para a autora, a pesquisa não é um exercício acadêmico inocente ou distante, mas uma atividade de resistência aos modelos coloniais. A linguagem metodológica possibilita a construção de estratégias, planos e teoriza soluções para imaginar mundos diferentes. O imaginário como modo de descolonizar o pensamento, assim como ocorre no plano simbólico e da linguagem.

A imaginação nos permite lutar por objetivos que transcendem as realidades materiais e empíricas. Para os povos colonizados isto é importante porque o ciclo do colonialismo é apenas isso, um ciclo sem ponto final, sem emancipação. O material nos situa num mundo de tendências desumanizantes, que é constantemente refletido em nós. Imaginar um monte diferente é imaginarmos como pessoas diferentes no mundo. Imaginar é acreditar em possibilidades diferentes, aquelas que podemos criar⁷ (SMITH, 2021, p.259).

Ambas as autoras se utilizam de uma metodologia que opera no sentido da (re)construção de sociedades a partir do reconhecimento das crises históricas que ameaçam a sobrevivência humana e não humana. O caminho desenvolvido a partir dessas metodologias pretende, em primeiro momento, analisar criticamente o atual sistema do desenvolvimento socioeconômico, explorando as interseções do patriarcado, imperialismo, capitalismo e neoliberalismo, e apresentar reflexões e caminhos para sua superação com base nas utopias feministas. A escolha dessas metodologias implica na ampliação da forma de pensar e escrever pesquisas acadêmicas a partir da margem ao revelar os métodos de dominação inseridos nos modos de fazer pesquisa ocidentais⁸.

Diante disso, esta dissertação se utiliza de pesquisa bibliográfica em livros, artigos, teses e notícias buscando proporcionar novas discussões em torno do desenvolvimento e colaborar com as teorias políticas feministas já existentes no contexto das utopias.

O primeiro capítulo será dedicado ao conceito de desenvolvimento a partir de alguns autores que discutem a problemática deste conceito como Walter Rodney (1975) em seu livro *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Ao discutirmos este conceito problematizaremos a sua utilização dentro do discurso de progresso. O percurso seguirá com a problemática do desenvolvimento na questão da América Latina junto a dominação, acumulação e dependência a partir de autores que discutem a questão do

⁷ Tradução nossa.

⁸ O resultado da metodologia seria a própria pesquisa.

desenvolvimento latino americano como Celso Furtado, Ruy Marini (2005), Augustín Cueva (2023) entre outros.

No segundo capítulo faremos uma análise das condições atuais e crises geradas pelo discurso de desenvolvimento socioeconômico vinculada a ideia de progresso, como nova forma de poder colonial. Evidenciaremos as contradições existentes no discurso do desenvolvimento e como isso gera violências estruturais na sociedade. Por fim faremos uma imersão na experiência utópica, desde seu significado, caminho histórico até as estratégias para construir o desenvolvimento a partir de utopias latino americanas e feministas.

No terceiro e último capítulo, abordaremos a utopia do ponto de vista feminista revisitando a construção do movimento feminista junto as utopias. O que se pretende com esse capítulo é demonstrar os usos da utopia feminista como método de construção de sociedades contra hegemônicas a partir da crítica ao atual modelo de desenvolvimento que têm como *modus operandi* o neoliberalismo, ou seja, o extermínio dos sujeitos subalternizados, assim como a destruição dos recursos naturais, causando um desequilíbrio nos modos de existência.

1. O DESENVOLVIMENTO E SUA PROBLEMÁTICA. A QUEM SE DESTINA?

Para compreendermos os conflitos sociais dos novos tempos, como as desigualdades sociais e violência sob os corpos e territórios, é necessário revisitarmos a noção de desenvolvimento da sociedade e de suas práticas instrumentalizadas em torno de conflitos socioeconômicos. A necessidade da promoção desse tipo de desenvolvimento acaba por promover um apreço inquestionável a algumas práticas como as de violência e o exercício de soberania territorial contra comunidades subjugadas como “minorias”.

Neste sentido algumas perguntas surgem ao pensarmos sobre o sentido do desenvolvimento no momento atual e qual sua relação com as crises sociais, econômicas e climáticas que a sociedade vem enfrentando. Uma das questões de base é se há a possibilidade de promover um desenvolvimento que não viole os direitos dos corpos e de seus territórios. Mas antes de nos aprofundarmos nesta questão é necessário compreender como o desenvolvimento socioeconômico ocorre e qual a sua problemática em relação às populações e sua subsistência.

Há uma complexidade e um esforço no pensar do desenvolvimento constituindo assim diversas correntes desde aquelas que assimilam o desenvolvimento tanto na teoria social como na econômica. Por um lado, há aqueles que pensam em viabilizar o crescimento econômico como aqueles que questionam o desenvolvimento e seu crescimento. Uma das nossas maiores referências da visão questionadora sobre os métodos do desenvolvimento é formulada pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), criada em 1948 com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre seus membros. Um dos autores que se destacam na atualidade do pensamento sobre o desenvolvimento e referência na CEPAL é o economista Celso Furtado. Para o autor, a economia brasileira é marcada por um baixíssimo grau de desenvolvimento da economia colonial, indicando raízes históricas do subdesenvolvimento⁹.

Em 1975, Walter Rodney, um proeminente historiador e ativista político realiza um estudo em torno do significado do desenvolvimento. Rodney busca refletir as dimensões históricas, sociais e econômicas para explicar como a Europa subdesenvolveu a África demonstrando como o desenvolvimento é um processo multifacetado e universal – o desenvolvimento aparece como fenômeno universal pois as condições conducentes a expansão econômica é universal.

Segundo Rodney (1975), a nível de grupo social, o desenvolvimento implica na capacidade cada vez maior de regular as relações internas e externas, mas é frequentemente utilizado num sentido exclusivamente econômico – argumenta-se dizendo que a estrutura econômica é por si mesma um índice de outros fatores sociais.

Uma sociedade desenvolve-se economicamente a medida em que seus membros incrementam em conjunto a sua capacidade de dominar o ambiente. Essa capacidade de dominar o ambiente depende da medida em que ele compreende as leis da natureza (ciência) e da medida em que põem essa compreensão em prática, projetando utensílios (tecnologia) e do modo pelo qual organiza seu trabalho (RODNEY, 1975, p.13).

É possível afirmar a partir desta perspectiva colocada por Rodney que houve um constante desenvolvimento econômico, ocorrendo de diversas maneiras ao longo da história das sociedades. Apesar da vasta produção econômica Rodney (1975) nos chama a atenção ao dizer que o desenvolvimento não pode ser visto como algo puramente

⁹ Voltaremos aos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento de Celso Furtado mais a frente, quando falaremos sobre o desenvolvimento da América Latina e seus desdobramentos através da sociedade capitalista.

econômico, mas como um processo global da sociedade, o qual depende de êxito dos esforços do sujeito para dominar o meio ambiente¹⁰.

A história da humanidade e de seu progresso não são lineares, houve períodos em que se verificam retrocessos temporários como a redução da capacidade de produzir e satisfazer as necessidades primárias da população (RODNEY, 1975). O aumento quantitativo dos bens em alguns momentos históricos específicos conduziu a sociedade a uma mutação qualitativa de seu caráter, quanto mais mão de obra mais especialização dessa mão de obra, a quantidade se transforma também em qualidade do produto.

Rodney (1975), evidencia essa mutação muito bem ao estabelecer um paralelo com a civilização chinesa, a qual, durante o século VII d.C., aumentou quantitativamente a produção de bens produzindo assim uma mutação qualitativa na sociedade por meio de especializações de funções, divisão do trabalho e a formação do Estado que aumentou a produção e conseqüentemente a distribuição dos bens e da terra se tornam desiguais. A especialização e a divisão do trabalho não só aumentaram a produção, mas também torna sua distribuição desigual. A principal propriedade comum que é a terra começa a desaparecer à medida que uma minoria se apropria da maior parte dela.

Há uma relação entre a mutação da base econômica e a evolução da superestrutura¹¹ da sociedade que inclui algumas esferas como a ideologia e as crenças de cada civilização. Rodney (1975) defende que essas mutações que ocorreram com a questão da propriedade de terra são parte integrante do desenvolvimento no seu sentido mais amplo, como processo global da sociedade, que depende das ações humanas de dominação do ambiente e não como algo puramente econômico.

Por muitas vezes a expansão quantitativa da economia conduzia a sociedade a uma mutação qualitativa na forma das relações sociais. No século XIX, Karl Marx (1993) analisou essa mutação, distinguindo na história da Europa vários estágios de desenvolvimento que, para nós, se faz necessário ser apresentado, tendo em vista que algumas das bases do desenvolvimento brasileiro e latino americano são influenciadas historicamente pelos países europeus.

¹⁰ Neste caso é importante lembrarmos que cada organização social possui características específicas de compreensão de dominação e pertencimento. O recorte de Rodney é da relação entre Europa e África.

¹¹ Para Marx (1993), a superestrutura é a projeção e expressão cultural das formas e relação de produção, sendo composta por uma estrutura jurídico-política e outra ideológica como o Estado, a Religião, Artes e outros meios de comunicação.

O primeiro grande estágio que se forma seguiu aos bandos nômades coletores, foi a Comuna Primitiva (onde a propriedade era coletiva e os bens distribuídos equitativamente); o segundo estágio era o Escravagista (onde a função dos escravizados era produzir alimentos); o estágio seguinte era o Feudalismo, sendo que a agricultura continua sendo a principal forma de produção mas a terra passa a ser apropriada por um pequeno número de senhores feudais (os servos alimentam os senhores assim como os escravos); o estágio que segue, o Capitalismo produz a maior parte da sua riqueza não mais pela agricultura mas nas fábricas e minas (há uma concentração de bens nas mãos de poucos e uma distribuição desigual do produto do trabalho humano). No Capitalismo os bens se concentram nas mãos da classe burguesa que tem sua origem nos comerciantes, armadores da época feudal, se tornando industriais e financeiros. Os servos, portanto, se tornam livres deixando suas terras e marcham em busca de trabalho nas empresas capitalistas. Assim, a força de trabalho se torna algo que pode ser comprado e vendido, se tornando mercadoria. O estágio seguindo ao Capitalismo surge como uma nova era, no qual a igualdade econômica seria estabelecida, estágio esse chamado de Socialismo - superação do capitalismo.

O desenvolvimento de cada estágio apresentado por Marx, representa a capacidade humana de dominar a natureza e produzir uma quantidade de meios de subsistência cada vez maior através dela (natureza). Essa produção de bens e serviços era determinada pela capacidade criativa do sujeito de produzir e se desenvolver a partir do domínio da natureza. A produção em grande escala alargou o leque de poderes de uma classe sobre a outra, multiplicando assim a violência, parte integrante da competição pela sobrevivência e crescimento entre grupos sociais (RODNEY, 1975).

Uma das realidades mais difíceis de explicar segundo Rodney (1975), é o desenvolvimento desigual das forças produtivas. Parte da explicação se debruça nas diferentes condições naturais que envolve a complexa formação social de cada sociedade, a outra parte da explicação está na superestrutura das sociedades. A luta pelos meios de subsistência cria relações sociais, sistemas políticos e padrões de comportamento e crenças que em conjunto formam a superestruturas que mudam de sociedade para sociedade.

O desenvolvimento é considerado um elemento presente em todas as sociedades, mas como já evidenciado há diferenças nos parâmetros de uma sociedade para outra e como em razão dessas diferenças ele é utilizado como ferramenta de colonização/exploração, como por exemplo a relação entre as populações do território

Europeu e os povos indígenas na Amazônia - para alguns os territórios indígenas não são considerados avançados, mas o território europeu, sim. Neste caso é necessário lembrar que os povos indígenas apresentam modos de vida muito mais avançados que os europeus, um exemplo disso são os rituais de cura com plantas medicinais colhidas na mata, essas utilizadas por cientistas europeus para a produção de remédios. Há uma Ciência Ancestral (saberes orgânicos, ou seja, não científicos de acordo com a ciência pura ocidental) que precede o desenvolvimento europeu e sua riqueza, que foi se consolidando a partir da colonização de outros povos e apropriação da cultura e Ciência Ancestral.

Apesar da ideia de desenvolvimento ser universal, é a partir da modernidade que a concepção econômica de desenvolvimento se torna universalizante no contexto global. Podemos observar que a noção de desenvolvimento econômico, quando se torna universal nessas extensões globais, tem como objetivo a expansão (dominação e conquista). Porém, o processo colonial mostra uma outra face dessa estrutura do desenvolvimento, não tão positiva - diferente daquele que “expande”, o colonizador - , criando espaços de exploração e dependência de algumas sociedades, impedindo que o desenvolvimento econômico daquela população colonizada se universalize.

A ideia universalização, expansão e globalização são utilizadas como forma de opressão e exploração dos povos, por colonizadores que tomam o território para expandir sua própria cultura e economia, como já analisado por Rodney (1975), onde a Europa é o protagonista da exploração e dominação da África.

As formulações de Rodney (1975) acerca do desenvolvimento podem ser correlacionadas com a concepção de desenvolvimento e subdesenvolvimento que Celso Furtado (2000) apresenta ao longo de seu trabalho, já que para este o desenvolvimento de uma sociedade não é alheia a construção da estrutura social. Para Furtado (2000), as sociedades são consideradas desenvolvidas à medida que nelas o homem¹² logra satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações. O subdesenvolvimento aparece como expressão da dinâmica do sistema econômico mundial gerado pelo capitalismo industrial a partir da modernização das formas de vida e das transformações sociais geradas pela industrialização.

¹² O conceito de homem utilizado por alguns autores evidencia que a ideia de desenvolvimento econômico e social possui claramente um recorte de gênero. Autoras como Hélène Périvier problematizam a construção econômica e para quem ela é pensada. Em seu livro *A Economia Feminista* (2023) a autora refuta a suposta neutralidade dos conceitos e análises da economia, evidenciando que esses conceitos econômicos têm sido **modos** das organizações sociais a partir de modelos patriarcais.

Tanto o pensamento de Furtado (2000), quanto de Rodney (1975) sobre o desenvolvimento/subdesenvolvimento e suas dimensões universais, partem do processo histórico formativo do sistema econômico mundial que é o sistema capitalista. O discurso de progresso que surge com a modernização a partir da colonização e divisão social do trabalho dialogam com a realidade Latino Americana contemporânea e com o processo de acumulação capitalista. Ambos os autores possuem uma visão sobre o conceito de progresso e desenvolvimento que corroboram com a análise do subdesenvolvimento dos países de periferia e como esse discurso de progresso não se apresenta como positivo na maioria dos casos, atentando contra a existência de atores sociais. Abordaremos no próximo capítulo, o conceito de desenvolvimento nas sociedades capitalistas e suas dimensões no contexto Latino Americano, além de algumas de suas problemáticas para a sociedade contemporânea, como o discurso positivo de progresso.

1.1 A problemática latino-americana do desenvolvimento.

É a partir da ideia de desenvolvimento que se funda o processo de progresso, traduzindo a realização de potencialidades humanas em um sentido positivo. As sociedades são consideradas desenvolvidas à medida em que nelas o sujeito logra satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações (FURTADO, 2000).

Há uma visão um tanto quanto otimista no conceito de progresso e na ideia de desenvolvimento. As raízes positivas dessas ideias estão atreladas a três correntes do pensamento europeu, que assumem uma visão otimista da história a partir do século XVIII – século das luzes. Celso Furtado (2000) nos apresenta de forma bem clara essas três correntes de pensamento que assumem a forma positiva de progresso,

A primeira se filia ao iluminismo, que concebe a história como uma marcha progressiva racional; a segunda brota da ideia de acumulação de riqueza, na qual está implícita a opção de um futuro que encerra uma promessa de melhor bem estar; a terceira surge com a concepção de que a expansão geográfica da influência europeia significa para os demais povos da terra, implicitamente considerados “retardados”, o acesso a uma forma superior de civilização (FURTADO, 2000, p. 9).

A visão otimista do processo histórico, que surge no século XVIII com Kant e Hegel, por meio da emergência de uma filosofia da história procura construir um sujeito cuja essência se realiza mediante o próprio sucesso histórico. Essa visão otimista que surge anteveem um futuro possível sob a forma de uma sociedade mais produtiva e

menos alienante ao superar as contradições do presente. Este futuro possível induz a busca por um agente privilegiado capaz de conduzir a sociedade ao progresso – a classe operária, o empresário, a nação, o Estado (FURTADO, 2000).

A harmonia trazida por Kant ao descrever as faculdades heterogêneas do espírito humano sob forma de senso comum em sua publicação *Crítica da razão pura*, aparece cinco anos antes como ordem social de uma mão invisível em Adam Smith. Em seu livro, *A riqueza das Nações*, Smith pretende demonstrar que a busca pelo interesse individual é a mola propulsora do bem estar coletivo, porém, a harmonia social só aparece em um certo quadro institucional, este onde os sujeitos são livres para transacionar entre si em função dos próprios interesses, onde são mínimos os obstáculos à circulação de pessoas e bens e ao exercício da iniciativa individual. Sendo assim, o progresso se inscreve no horizonte de possibilidade do indivíduo e o caminho para alcançá-lo está no sentido comum. A sociedade, portanto, necessita de instituições que possibilitem ao indivíduo realizar suas potencialidades para que haja progresso coletivo.

A ideia de comércio como ato de império, inseparável do poder das nações que o praticavam, criada pelos europeus é, portanto, destruída a partir dos meados do século XVIII e uma nova doutrina se estabelece, essa construída a partir das ideias liberais a partir da metade do século XIX. Para esses liberais, o intercâmbio internacional permite a melhor utilização dos recursos produtivos em cada país, possibilitado uma especialização e aumento de recursos produtivos que ele mesmo gera junto a outros países participantes, rumo a um progresso com bases coloniais. Uma das vertentes dessa doutrina das economias da Europa era forçar outros povos a integrarem em sua linha de comércio, cumprindo uma missão civilizadora com o intuito de libertá-los do peso de tradições obscurantistas (FURTADO, 2000).

Apesar do pensamento europeu produzir uma ideia otimista de progresso da história, a realidade social da época não mostrava ser reconfortante e positiva. A ascensão do capitalismo comercial não chegava a afetar de forma significativa a organização da produção, porém a apropriação do excedente social continuava a refletir a relação de forças entre as classes, sensibilizando o poder financeiro. Algumas das mudanças fundamentais na organização da produção e na estrutura social começam a ter um crescimento à medida que as estruturas tradicionais de dominação começam a ser desmanteladas ou transformadas em elementos passivos.

O processo da construção de novas estruturas de dominação que emerge a partir das relações mercantis e do desmantelamento das estruturas tradicionais, tendem a

verticalizar transformando os ingredientes de produção em mercadorias. Assim, tanto a terra como aqueles que têm a capacidade de produção de trabalho passam a ser vistos do ângulo de ser valor de troca, se tornando objetos de transações mercantis. Algumas das consequências da transição do capitalismo comercial ao industrial são de suas ordens, a primeira diz respeito às novas e consideráveis possibilidades à divisão social do trabalho e de sua especialização no setor manufatureiro e a outra diz respeito ao principal interlocutor do capitalista que deixa de ser membro de dominação social e passa a ser um trabalhador isolado, facilmente substituível e razão ao seu trabalho considerado tarefa simples de ser realizado por outros trabalhadores (FURTADO 2000).

A ampliação do espaço social é submetida à racionalidade instrumental à medida em que os critérios mercantis penetram na organização da produção. Segundo Furtado (2000), o avanço da “racionalidade” está atrelado a ampliação da área das relações sociais e assim submetida também aos critérios da organização mercantil.

Na agricultura isso levaria ao despovoamento de zonas rurais e ao deslocamento de populações para as cidades ou para novas zonas de colonização, inclusive em outros continentes. A revolução dos preços, provocada pela maior eficiência da maquinofatura, apressaria o desmoronamento das organizações artesanais em regiões em que não havia condições para a criação de formas alternativas de emprego (FURTADO, 2000, p.12).

Surge então, a partir da primeira metade do século XIX, uma visão pessimista dos economistas em relação à aceleração da acumulação com a penetração progressiva das relações mercantis na organização da produção e conseqüentemente uma mudança estrutural nas relações sociais.

A acumulação segundo Furtado (2000), seria transferir para o futuro o uso final de recursos já disponíveis para consumo, porém nas sociedades capitalistas o acúmulo seria um ato de “renúncia” que corresponde a uma remuneração, a qual somente se efetivará se os recursos acumulados se tornarem capital. O progresso técnico¹³ não é suficiente, deve-se, portanto, se criar um novo espaço para que haja a acumulação e este seja capaz de criar capital. Este processo de acumulação satisfaz o projeto de utilização final da renda do conjunto da coletividade, refletindo na relação de forças entre os grupos que compõem a ideia de coletividade. Ao viabilizar a acumulação, o progresso

¹³ Chamamos de progresso técnico ao conjunto de fatores que modificam o quadro básico que é o da tendência aos rendimentos decrescentes. Trata-se, evidentemente, de modificações que dizem respeito ao conjunto do sistema, que concernem à sua morfogênese. Celso Furtado, 2000.

técnico está a serviço da reprodução da sociedade junto a suas potencialidades em sentido dinâmico (FURTADO, 2000).

Podemos, a partir da definição do progresso técnico compreender que não é suficiente fundar o processo acumulativo tal qual existe na sociedade capitalista se considerarmos o progresso a partir do ângulo da adoção de métodos produtivos mais eficazes como no caso da ausência da introdução de novos produtos, ou novos padrões de consumo. A acumulação a partir de certo ponto somente se manteria se houvesse amplas mudanças sociais, como a diminuição das desigualdades sociais ou a redução da utilização da força de trabalho. Celso Furtado (2000) resume muito bem a questão do desenvolvimento - do progresso técnico e da acumulação - ao indagar que, por trás do que chamamos de progresso científico, enfileiram-se complexas modificações sociais, cuja lógica devemos tentar compreender como passo preliminar em todo o estudo do desenvolvimento.

O processo de desenvolvimento da sociedade capitalista a qual conhecemos hoje se reproduziu a partir da formação de capital que historicamente foi mais rápido que o próprio crescimento demográfico. Uma das contribuições para este processo de aceleração da sociedade capitalista foi a implementação das formas tradicionais de controle social e exploração que ocorreu no período da grande acumulação que mais tarde se fez base para a implantação do sistema de divisão internacional do trabalho.

É fato que aqueles que controlam as posições estratégicas na sociedade capitalista tem como objetivo conservar os privilégios que desfrutam na apropriação do produto social. Ao conservar esses privilégios esses atores põem em marcha um processo intenso de acumulação, dando origem a uma demanda de mão de obra que supera o crescimento demográfico enfrentando mais tarde crescente rigidez de oferta criando assim, uma movimentação das populações e a ativação do potencial de trabalho feminino (FURTADO, 2000). A inserção da mulher no mercado de trabalho ocorreu devido a necessidade de sua contribuição nos serviços ligados ao ganho financeiro da família - a mão-de-obra feminina foi importante para baratear os salários, poupando o gasto financeiro das Indústrias. A manutenção da economia capitalista, assim como sua reprodução necessita sem sombra de dúvidas de modificações nas estruturas sociais, caso isso não ocorra a economia capitalista não se sustentaria.

A orientação do progresso técnico aparece como caminho alternativo para a suspensão das tensões sociais características à reprodução da sociedade capitalista, oferecendo um balanço na rigidez da oferta de mão de obra. Porém,

Os agentes que dirigem ou controlam as atividades econômicas na sociedade capitalista raramente estão articulados em função de objetivos preestabelecidos. Na realidade, eles competem e disputam entre si um espaço, alimentando assim o processo de acumulação que é responsável, em última instância, pela pressão no sentido de aumento da participação do trabalho na apropriação do produto social (FURTADO, 2000, p.16).

A competição que ocorre entre os agentes desencadeia tensões e geram forças que operam no sentido de tentar reduzir o espaço de competição entre si, levando esses agentes a economizar na mão de obra provocando obsolescência de equipamentos em pleno uso. Essa situação provoca transformações sociais, caracterizando a evolução da sociedade capitalista. A acumulação junto à concentração industrial e financeira transformam o trabalhador em sujeito individualizados e alienados do meio social, dando origem a novas formas de poder (FURTADO, 2000).

A sociedade capitalista assim como sua economia tem sua causa primária na reprodução da estrutura de privilégios que é inerente à inovação técnica. É por conta da reprodução desses privilégios e da acumulação que é possível efetivar o avanço da técnica, essa ação conjugada de inovação técnica reproduz a permanência e preservação das estruturas de classe. Podemos afirmar que é na intensa acumulação que a instabilidade característica da economia capitalista tem sua origem. Os planos econômicos da sociedade capitalista têm sua base na acumulação, ou em outras palavras, no investimento líquido que só era obtido, se houvesse a manutenção das estruturas sociais e conseqüentemente situações de subemprego.

A incapacidade dos modelos de crescimento para captar as transformações estruturais – isto é, a interação do “econômico” com o não-econômico -, e para registrar as complexas relações que ocorrem nas fronteiras do sistema econômico – relações com outros sistemas econômicos e com o ecossistema -, deriva da forma mesma como é apreendida a realidade econômica que lhes é subjacente (FURTADO, 2000, p.18).

Os modelos de crescimento e desenvolvimento do sistema capitalista se encontram afastados da realidade social. Esse fato é atribuído a grande aceleração causada pela acumulação nos últimos decênios e há uma incapacidade de organizar a economia no sentido de quebrar a lógica de estrutura de classes, já que a estrutura da sociedade capitalista foi construída a partir dessa fragmentação de classes visando o lucro de acumulação privilegiada por poucos.

A aceleração da acumulação que surge a partir da Revolução Industrial apresenta duas formas: a primeira se apresenta como transformação do modo de produção e no sistema de dominação social. Há um processo de destruição total ou

parcial das formas sociais (familiar, artesanal, senhorial e corporativa) de organização de produção abrindo caminhos para amplas mudanças na divisão do trabalho e avanço de técnicas que alimenta o processo acumulativo.

A segunda forma se apresenta na ativação das atividades comerciais e na divisão do trabalho inter-regional. A especialização geográfica nas regiões onde se localizava a aceleração da acumulação proporcionava um maior avanço das técnicas e da produtividade, acompanhados tanto pelas inovações culturais como pela intensificação da acumulação.

O progresso – entendido como assimilação das novas formas de vida possibilitadas por um nível mais alto de acumulação – manifestou-se por toda parte, ainda que em graus diversos. A modernização dos padrões de consumo – transformação imitativa de segmentos da cultura material – pôde avançar consideravelmente sem interferência maior nas estruturas sociais, o que explica que em muitas partes do mundo a ativação do comércio exterior se haja realizado no quadro das formas preexistentes de organização da produção, inclusive a escravidão (FURTADO, 2000).

O sistema econômico mundial foi formado apoiando-se no processo de transformação das estruturas sociais a partir da modernização da vida. Tanto o desenvolvimento como o subdesenvolvimento segundo Furtado (2000) são expressões da prevalência dessas estruturas sociais que adquiriram força a partir do processo de modernização do estilo de vida e dos padrões de consumo. Essas duas expressões são derivadas de um mesmo impulso inicial e tendem a se reforçarem mutuamente. Ainda segundo Furtado (2000), quanto mais ampla a divisão internacional do trabalho mais profundas são as transformações sociais no centro do sistema, intensificando a escassez como formas de vida periférica.

A acumulação e a mecanização das infraestruturas como por exemplo, a intensa e caótica urbanização, presente na maioria dos países subdesenvolvidos é manifestação visível do processo de desestruturação social. As formas de emprego precarizadas, que o processo de acumulação põe em marcha, constitui o conceito de desemprego disfarçado - também chamado de subemprego - difundido por economistas em 1950. Houve, portanto, uma tomada de consciência do problema da marginalidade por alguns sociólogos latino americanos que evidenciaram a especificidade das estruturas sociais surgidas nos países onde a industrialização se encontrava atrasada - diferente dos países de “primeiro mundo”.

As populações marginalizadas que são privadas de suas ocupações tradicionais, buscam abrigos em nas periferias, realizando grande parte de sua mão de obra no

quadro de um sistema informal de produção. Segundo Furtado (2000) essas populações “são a expressão de uma estratificação social que tem suas raízes na modernização”.

Houve um importante esforço para compreender a problemática da polaridade modernização-marginalização que surge a partir da visão crítica ao desenvolvimento do capitalismo e sua relação com os países subdesenvolvidos. Se produziu então a Teoria da Dependência no final da década de 1960, que estudou o capitalismo e sua relação com os países distantes do centro hegemônico da economia mundial, como é o caso da América Latina.

Apesar de compreendermos como importante a contribuição e a construção de Celso Furtado acerca da ideia de desenvolvimento, temos em vista também a importância das críticas feitas por alguns autores como Marini (2005) e Frank (1975) sobre o subdesenvolvimento, dirigida a concepção da ideia de subdesenvolvimento formulada pela CEPAL, que entendem que o desenvolvimento dependente alimenta o subdesenvolvimento. Segundo a CEPAL, a condição de subdesenvolvimento dos países latino americanos está relacionada com a grande participação de produtores primários na matriz exportadora da América Latina propondo a industrialização, através da substituição de importações para eliminar a desigualdade na esfera de circulação de mercadorias (Love, 1990). É a partir das críticas dirigidas às concepções criadas pela CEPAL que os teóricos da Teoria da Dependência desenvolveram categorias de análise buscando compreender principalmente a relação entre as condições de pobreza e dificuldades sociais que países periféricos enfrentam e os países centrais que mantêm essas condições.

A dependência dos países periféricos é a primeira categoria de análise definida pela Teoria da Dependência. Há uma relação de subordinação entre nações fortemente independentes, porém, internamente os países subordinados perpetuam a situação da dependência (Marini, 2005). Para Marini as consequências da dependência é o aumento da própria dependência, processo que conforme Frank (1967) pode ser chamado de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”.

Santos (1970) segue a mesma linha de interpretação de Marini, afirmando que a dependência sustenta o subdesenvolvimento de maneira que o desenvolvimento econômico de determinado país necessita do desenvolvimento de outros, não podendo o primeiro desenvolver-se sozinho, apenas com suas forças internas. Portanto, o desenvolvimento interno dos países centrais leva ao subdesenvolvimento dos países dependentes, perpetuando intencionalmente suas condições de dependência. O autor

determina historicamente três formas de dependência com base nessa compreensão de dependência de acordo com os tipos de relacionamento entre as economias dependentes e centrais e as relações existentes dentro dos países dependentes. Para Santos (2011) as formas de dependência são: (i) dependência colonial, caracterizada pela relação monopolista entre metrópole e colônia, (ii) dependência financeiro-industrial, onde países dependentes produzem matérias-primas que são consumidas nos países centrais e (iii) dependência tecnológico-industrial, com o capital transnacional deslocando parte de sua atividade para países dependentes.

A dependência é um fenômeno dinâmico que se manifesta de diferentes maneiras nos países latino americanos de acordo com as condições históricas e especificidades de cada país. Segundo Bambirra (2012) é necessário diferenciar as estruturas dependentes de cada país para compreender o processo histórico de dependência específico de cada um. A autora, portanto, divide os países dependentes em três tipos: (i) países com industrialização entre guerras através do capital nacional, posteriormente desnacionalizado; (ii) países com industrialização no pós guerra, com capital estrangeiro; (iii) países que não se industrializaram.

Existem outras categorias que nos ajudam a analisar melhor a perpetuação dos países dependentes. A economia dos países dependentes apresenta dificuldades de acumulação devido a transferência de mais-valia ao mercado de troca internacional. Para a superação dessa condição surgem algumas formas específicas de acumulação garantindo às classes capitalistas localizadas no interior das economias dependentes a continuidade no processo de acumulação. Para a Teoria da Dependência, uma das características específicas dos países dependentes para que ocorra deste processo de acumulação é a superexploração da força de trabalho (Marini, 2005).

Nos países dependentes a superexploração do trabalho funciona como forma de capital recuperando a capacidade de acumulação. A força de trabalho aparece, portanto, como mercadoria correspondendo como parte da mais-valia produzida por países dependentes às nações centrais através de intercâmbios desiguais. A principal característica da superexploração do trabalho nos países dependentes é a falta de remuneração da força de trabalho. Porém, essa forma de superexploração não ocorre apenas em países dependentes, mas é principalmente nesses países em que essa condição se torna essencial para a expansão do capitalismo.

É principalmente após a Segunda Guerra Mundial que o processo de dependência se instalou nos países. A necessidade da expansão industrial estadunidense

em busca de lucro fez com que as tecnologias inferiores¹⁴ fossem deslocadas aos países dependentes enquanto os países centrais produziam a alta tecnologia¹⁵, como computadores. Aqui é possível observar como as forças de acumulação existentes no capitalismo são acentuadas. Marini (2005) afirma que “não é porque foram cometidos abusos contra as nações não-industriais que estas se tornaram economicamente débeis, é porque eram débeis que se abusou delas”¹⁶.

A afirmação apresentada por Marini explicita a essência do subdesenvolvimento que é o resultado do processo de abuso das nações economicamente débeis pelos estados burgueses mais poderosos resultando em um processo de exploração e dominação dos mesmos. Segundo Cueva (2023), a debilidade inicial na América Latina se identifica com a herança colonial e é a partir dessa herança que se constitui as novas nações em sua primeira etapa de vida independente.

Pois é claro que a plena incorporação da América Latina ao sistema capitalista mundial, quando este alcança seu estágio imperialista no último terço do século XX, não ocorre a partir de um vazio, mas sobre a base de uma matriz econômico-social preexistente, ela mesma moldada em estreita conexão com o capitalismo europeu e norte-americano em sua fase protoimperialista (CUEVA, 2023, p.28).

A independência da América Latina como em outros países foi extremamente violenta além de implicar na desarticulação do sistema econômico preexistente. O elevado custo em vidas humanas e os gastos das inevitáveis ações bélicas implicou diretamente na desarticulação de todo o sistema.

A própria estrutura colonial da época que tinha como eixo o controle metropolitano do comércio determinou que a partir da independência se produzisse uma espécie de “vazio” nesse ponto, vazio por assim dizer vinha a consumir a desarticulação de todo o sistema (CUEVA, 2023, p.28).

A afirmação de Cueva evidencia que o preço pago pela independência foi elevado, porém não explica por definitivo o que faltava na América Latina. É necessário, portanto, compreender o significado preciso do fato colonial que vai além da indisposição passageira da independência. A colonização aparece como uma das causas mais profundas em relação à transformação estrutural latino-americana. Ainda segundo o autor,

¹⁴ As tecnologias inferiores, ou baixa tecnologia seriam tecnologias simples que podem ser praticadas ou fabricadas com o mínimo de investimento de capital.

¹⁵ Elementos com maior nível de complexidade, tanto da tecnologia como do usuário.

¹⁶ Ruy Mauro Marini, *Dialética da dependência*, trad. Marcelo Carcanholo, In: Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. Editora Expressão Popular, 2005.

se a colonização da América Latina está relacionada com algum movimento fundamental da história, é com a acumulação primitiva em escala mundial, entendida como um processo que ao mesmo tempo implica uma acumulação sem precedentes em um dos pólos do sistema, supõe necessariamente a desacumulação, também sem precedentes, do outro extremo (CUEVA, 2023, p.29).

Como já visto anteriormente, o excedente econômico produzido nas terras não se transformavam efetivamente em capital no interior delas onde havia a superexploração dos trabalhadores e produtores (por vias escravistas e servis), mas fluía ao exterior para de converter em capital, tal como percebeu Marx¹⁷. O processo de desacumulação seria o ato último com o qual o colonizador concluía sua missão civilizatória e a partir daí a herança colonial começaria sua pesada trajetória reorganizando a vida das novas nações desprovidas de riqueza própria.

Em alguns países como o Peru, geram-se excedentes suficientes para transformar o país em potências (de caráter feudal ou incipientemente capitalista), porém na realidade essa possibilidade nunca existiu. O período de acumulação primitiva na Europa correspondia a um período de expropriação de riquezas e desacumulação primitiva na América Latina. Do enorme excedente gerado, só parte dele ficava no país nesse período, as taxas de exploração eram altíssimas (SEMO, 1973).

A estrutura econômico-social herdada do período colonial se caracterizou por um baixíssimo nível de desenvolvimento das forças produtivas e por relações sociais de produção baseadas na escravidão e na servidão, fatos estes que constituíram um obstáculo, para dizer o mínimo, para o desenvolvimento de nossas sociedades (CUEVA, 2023, p. 31).

Há uma conexão evidente entre as formações escravistas e feudais da América Latina com o desenvolvimento do capitalismo em escala mundial, porém as relações de produção e organização social e técnica das forças produtivas, as estruturas de apropriação econômica e dominação política possuem caráter qualitativamente distintas de qualquer formação capitalista (IANNI, 1976). Alguns estudos confirmam o caráter pré-capitalista das formações da estrutura como por exemplo o salário quase sempre nominal que seria mais uma forma de escravizar ou enfeudar o produtor direto¹⁸.

Para Caio Prado Jr. (2000), a formação social sempre vem atrelado a um certo “sentido” que demanda um complexo sistema de mediações. Segundo o autor, o desenvolvimento de uma sociedade possui uma certa “linearidade” que faz parte de um todo, porém não pode ser identificada como todas as demais formações sociais. A

¹⁷ Cf. *O capital*, 2ª ed., São Paulo, Boitempo, 2017, p. 823.

¹⁸ Estudos publicados ple CLACSO em *Haciendas, latifúndios y plantaciones em América Latina*, México, Silgo XXI, 1975.

história possui particularidades próprias assim como a sociedade que sempre se apresenta como síntese de múltiplos complexos.

De acordo com Fernandes (1975), o capitalismo não possui um único padrão e está sempre sujeito a diversas variáveis de acordo com os interesses daqueles envolvidos no processo de desenvolvimento. É possível observar que há diferenças notáveis no desenvolvimento do capitalismo nos países centrais e periféricos. As condições de dependência dos países periféricos contribuem para o desenvolvimento dos países centrais como já dito anteriormente.

Segundo Cueva (2023), o processo de desenvolvimento capitalista na América Latina não vem acompanhado apenas por um notável incremento de investimentos estrangeiros, mas também por uma significativa orientação dos mesmos. A relação de dependência não é consequência exclusiva da dominação externa, mas de um conjunto de articulações econômicas - e consequentemente culturais - hegemônicas e dependentes. A burguesia local estava inteiramente interessada na relação de dominação para garantir a manutenção de seus interesses e limitar a participação da classe trabalhadora.

O desenvolvimento no capitalismo dependente além de preservar o mercado seguindo as diretrizes dos países imperialistas reproduz uma dominação e exploração da classe trabalhadora. A dominação externa (como país dependente) alimenta a dominação interna entre os sujeitos mantendo suas estruturas econômicas de origem colonial. Os laços coloniais não se romperam apenas alteraram de jurídico-políticos para puramente econômicos (Fernandes, 1968).

É possível constatar que o processo de modernização a partir do desenvolvimento visto de forma positiva não passa do desenvolvimento do capitalismo e de suas contradições específicas, isto é, do conjunto de desigualdades presentes em todos os níveis sociais (Cueva, 2023). Para alguns autores, a América Latina passou por uma “modernização forçada e forjada”, e por tanto “não verdadeira”. O desenvolvimento desigual da América Latina possui suas bases na realização extremista da mesma, adquirindo o caráter de países de terceiro mundo ou subdesenvolvidos. As consequências dessa visão desenvolvimentista positiva são na verdade negativas no sentido que

a exploração e a conseguinte pauperização das massas tomam feição de uma “superexploração”, sobredeterminadas por um contexto do qual se poderia dizer, parafraseando a Marx, que sofre não só dos males que brotam do desenvolvimento do modo de produção capitalista, mas também dos que

supõem a falta de desenvolvimento, e onde “além das misérias mais modernas, aflige-nos toda uma série de misérias herdadas”¹⁹ (CUEVA, 2023, p.111-112).

Compreendemos, portanto, a ideia de desenvolvimento latino-americano como um processo de acumulação, dependência e colonialismo e nos foi e ainda é vendido como discurso positivo de modernização e de melhores condições de existência. Os elementos apresentados no texto de como o desenvolvimento foi formado e suas contradições nos mostra o outro lado do discurso “distópico”. A economia é subordinada aos interesses dos países imperialistas/colonialistas, reproduzindo e mantendo as relações de dominação além da exploração adquiridas por uma herança colonial, escravista, conservadora e violenta.

Para Celso Furtado, o subdesenvolvimento se apresenta como um processo histórico particular resultante da penetração de empresas capitalistas em estruturas arcaicas que contribuem para a expansão desigual da economia capitalista. Sua análise contempla as estruturas subdesenvolvidas da América Latina junto às dinâmicas de articulação interna-externa. Neste contexto de análise centrado no desenvolvimento desigual do capitalismo, uma economista se destaca com sua capacidade de repensar e atualizar as visões das teorias do imperialismo. A economista Maria da Conceição Tavares junto a um grupo de economistas políticos do Rio de Janeiro e de Campinas analisaram o desenvolvimento desigual do capitalismo em vias diferentes da escola cepalina.

A releitura do desenvolvimento do sistema capitalista realizado por Conceição Tavares junto ao grupo de economistas se inicia a partir de uma análise junto a uma visão geopolítica dos esquemas de dominação para entender melhor a formação dos centros hegemônicos, “tentando reorganizar ao mesmo tempo o conceito de relação entre centro e periferia e o de capitalismo tardio” (TAVARES, 2020), com o necessário distanciamento entre geopolítica e geoeconomia.

O subdesenvolvimento brasileiro segundo Conceição Tavares (2020), não pode mais ser definido pela posição do Produto Interno Bruto (PIB) ou pela produção industrial da produção mundial, como Furtado havia pontuado em 1961, mas pela difusão do progresso técnico e a inserção comercial dos países subdesenvolvidos que são sujeitas a um esquema comandado por estratégias de concorrência de grandes empresas internacionais desde o pós guerra – segunda guerra.

¹⁹ *O capital*, livro I, p. 79

Apesar das estratégias de mudança por meio de políticas públicas como a de Furtado, de transformar por dentro o país por meio de estratégias nacionais de desenvolvimento, atualmente outras condições aparecem para dificultar tal estratégia de mudança, como o caráter mais acelerado da expansão do capital industrial e da difusão do progresso técnico no após guerra (TAVARES, 2020).

[...] as condições para vencer o subdesenvolvimento mudaram acentuadamente. Isto começou a ocorrer depois da mudança de centro hegemônico e, em particular, depois da retomada da dominação imperial norte-americana na ordem internacional que acentuou o processo de “globalização, sobretudo dos mercados financeiros, além do controle crescentemente centralizado das comunicações e da informação (TAVARES, 2020, p.208).

O caminho intelectual percorrido por Conceição Tavares é construído a partir de sua própria reflexão sobre a dinâmica macroeconômica e macroestrutural do capitalismo brasileiro, tanto industrial como financeiro. Após a publicação do ensaio sobre o Brasil “Território, império e dinheiro”²⁰ em 1999, Conceição Tavares retoma suas discussões em torno do pacto de oligárquico dominação²¹ interna e luta de classes, que segundo a autora ficaram pendentes no ensaio e são cruciais para compreender a natureza da construção nacional brasileira. O forte autoritarismo ligada aos conflitos internos com as terras e o dinheiro servia de embasamento para acabar com as lutas populares e movimentos sociais.

Há uma questão importante levantada por Tavares em relação ao desenvolvimento capitalista na formação do Brasil contemporâneo, diferente de Furtado que segundo a autora “sua leitura analítica do desenvolvimento capitalista sob regime militar” é diferente da análise feita por ela. Para Tavares (2020), as determinações estruturais são insuficientes para explicar a evolução social e política do Brasil, como país independente.

As questões em torno da dificuldade da construção de uma nação democrática, assim como compreender o pacto de dominação que não permite o país responder às crises, são interrogações segundo Tavares (2020) que vão além de qualquer teoria da dependência “mesmo na mais rigorosa versão centro-periferia”.

Existem fundadas razões para atribuir importância fundamental às dimensões econômicas e políticas da ocupação e do domínio privado e político do território. Entre as dimensões econômicas mais importantes para o processo

²⁰ TAVARES, M. C. Império, território e dinheiro. In: FIORI, J. L. (org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, Vozes, 1999.

²¹ No pacto oligárquico de dominação, um “novo dinheiro” pretende garantir o valor do capital.

de acumulação de capital, a expansão da fronteira pelos negócios de produção e exportação do *agrobusiness* e da exploração de recursos naturais mantém-se ao longo de toda a história econômica brasileira. Assim, a ocupação mercantil e o domínio político do território tornam os “donos da terra” indispensáveis ao pacto de dominação nacional (TAVARES, 2020, p.210).

A ordem política autoritária centralizada na expansão capitalista e preservação de seu próprio território oprime (subalternizando) a população, impedindo sua luta para reivindicar sua terra. A ocupação de frações da burguesia nos territórios já ocupados (por indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros) força um deslocamento maciço da população. A desterritorialização causou mudanças radicais nas condições de vida dessa população, além da exploração da mão de obra mais violenta. Não existia representação política capaz de enfrentar sistematicamente o pacto de dominação da ordem burguesa democrática.

A revolução burguesa segundo Tavares (2020),

[...] manteve um pacto de dominação social férreo entre os donos da terra, o Estado e os donos do dinheiro, que se caracterizou, do ponto de vista político, por uma oscilação permanente entre uma ordem liberal oligárquica e um Estado interventor autoritário (TAVARES, 2020, p.211).

A “revolução democrático-burguesa” e seus projetos nacional-desenvolvimentista não encontraram força para levar adiante reformas indispensáveis ao desenvolvimento de uma nação moderna, como a reforma agrária e o ensino básico universal (TAVARES, 2020). Apesar da revolução democrático-burguesa ter sido completamente efetivada, não é possível afirmar que foi decorrente dessa incompletude de reforma que o caráter atrasado e de dependência se firmou. A constante busca pela acumulação patrimonial da ordem das elites de negócios foram incapazes de se auto administrar levando a golpes militares e intervenções políticas salvacionistas recorrentes.

[...] o férreo pacto de poder conservador das classes dominantes não permitiu, até hoje, uma acumulação política de forças populares que levasse a uma participação societária ampliada, capaz de produzir uma verdadeira ordem democrática (TAVARES, 2020, p.217).

Os modelos de produção e desenvolvimento capitalista brasileiro são problemáticos, no sentido que as relações estabelecidas por essa forma de produção perpetuam relações de dominação, exploração e violência contra um contingente populacional subalternizado. A brutalidade do sistema de dominação autoritário junto à exclusão social dos sujeitos subalternizados (tanto dos campos, como da cidade para as

periferias) gerou um processo histórico de luta política e reivindicação de seus lugares políticos e sociais.

A crise do capitalismo contemporâneo tem posto o modelo hegemônico de desenvolvimento no centro das discussões sobre mudanças nas dinâmicas governamentais. As mudanças na forma de pensar um projeto alternativo à sociedade está diretamente ligado à atual crise do capitalismo e suas consequências catastróficas no modo de existências das populações.

No interior do sistema capitalista, [...] todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, fazendo dele um ser parcial, degradam-no à condição de um apêndice da máquina, aniquilam o conteúdo de seu trabalho ao transformá-lo num suplício, alienam ao trabalhador as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que tal processo de incorpora a ciência como potência autônoma (MARX, 2014, p.720-721).

O sistema capitalista que rege os modos de desenvolvimento impõe uma série de estratégias voltadas à ampliação e intensificação da violência por meio da lógica da acumulação, concentração e centralização do capital. A busca incessante pelo lucro e acumulação de capital acontece a partir da exploração de corpos e territórios, criando um cenário de crise que parece não ter fim. Há um debate importante em torno deste modelo de desenvolvimento predatório e mercantilização da natureza e dos corpos com o objetivo de pensar corpos e territórios a partir da ética do cuidado tanto dos bens naturais como os corpos que nesta perspectiva são bens comuns²². Neste sentido buscaremos compreender bens comuns como bens naturais na perspectiva de Maristella Svampa (2023),

Os bens naturais não são compreendidos como commodities, isto é, como pura mercadoria, tampouco exclusivamente como recursos naturais estratégicos. Acima das diferenças, uma e outra linguagem impõe uma concepção restritivamente utilitarista, que implica o desconhecimento de outros atributos e valores [não representados por preços de mercado]. Consequentemente, a noção de bens comuns não acarreta somente uma rejeição da lógica das commodities; também aponta para questionar a visão dos “recursos naturais”, ao basear-se na construção de um “tipo de territorialidade” que garante a proteção do “comum” [patrimônio natural, social e cultural] (SVAMPA, 2023, p.437).

O modelo alternativo de desenvolvimento para além do capitalismo contemporâneo trata-se da materialização de modelos comuns e coletivos de construção social. Os caminhos para as mudanças sociais na América Latina segundo o belga

²² No contexto latino americano, os bens comuns aparecem intimamente ligados aos bens naturais e às lutas contra o extrativismo.

François Houtart (2011), se faz em comunidade, entrelaçando os fundamentos da vida coletiva da humanidade junto a natureza, produção de vida, organização política e expressão do real (cultural).

O discurso do progresso da modernidade não contempla a maioria da população (classe trabalhadora) e sim a uma elite econômica que domina a maior parte da sociedade e de seu capital financeiro. As contradições inerentes ao discurso do desenvolvimento e do perverso sistema econômico tendem a ser superados a partir de práticas, análises e debates em torno do bem viver. É necessário, portanto, questionar de que maneira o modelo de desenvolvimento atual afeta/impacta a vida dos indivíduos e quais seriam as estratégias e transformações necessárias para moldar o futuro (utópico) em termos de desigualdade, degradação ambiental e o bem viver?

Destacaremos a seguir a confluência²³ entre a exploração dos corpos e dos territórios a partir da perspectiva do movimento(s) feminista(s) e como este modelo pode nos ajudar a superar a hegemonia heteropatriarcal que atua como regulador da sociedade e de seus modelos de desenvolvimento predatório.

O ecofeminismo propõe o fim da marginalização feminina mediante o reconhecimento social dos valores atribuídos às mulheres e a necessidade de estender a presença social desses valores, ligados a ética do cuidado, como alicerce de um novo paradigma, que altere o atual estado das relações entre ser humano e natureza (SVAMPA, 2023, p. 439).

O ecofeminismo nos ajuda a pensar um outro mundo possível (GILLIGAN, 1982), baseado na responsabilidade com o coletivo, sem cair na visão essencialista da relação entre mulher/natureza. A visão ecofeminista neste caso está ligada à ecologia popular dos países do Sul Global, contribuindo com a visão contra-hegemônica de desenvolvimento a partir do reconhecimento dos vínculos entre corpos e territórios, na resistência ao extrativismo e dominação dos mesmos.

A potência feminista junto ao ecofeminismo, a economia feminista e o desenvolvimento voltado a um olhar coletivo e feminista nos permite compreender as formas de exploração e violência dos corpos e territórios na sociedade capitalista. O feminismo como luta não é baseada somente de mulheres para mulheres, mas uma luta é a partir das mulheres para todo o coletivo. Ao pensar o desenvolvimento a partir do feminismo amplia a própria noção de desenvolvimento, incluindo as formas de dominação dos sujeitos subalternizados.

O desenvolvimento a partir do feminismo se postula como crítica ao modelo hegemônico, heteropatriarcal e violento atual da sociedade, com o objetivo de subverter e transformar essa ordem patriarcal - colonial e capitalista, uma vez que podemos entender que o sistema patriarcal é a base de todos os sistemas de opressão e violência.

Seguindo os caminhos feministas para respondermos uma das perguntas principais desta pesquisa - “de que maneira o desenvolvimento atual seria afetado se fosse gerido a partir de um olhar coletivo e feminista?” -, no próximo tópico abordaremos o olhar feminista para o desenvolvimento, tanto econômico como social, sendo inclusivo e coletivo a partir do contexto e problemática latino-americana.

1.2 A problemática latino-americana do desenvolvimento a partir do feminismo.

Para pensarmos o desenvolvimento a partir do feminismo é necessário nos debruçarmos sobre a crítica feminista ao projeto de desenvolvimento, criado a partir do modelo capitalista de progresso socioeconômico. O movimento feminista neste contexto, se pauta em questionar (práxis) o discurso androcêntrico do desenvolvimento rumo ao progresso e analisar seus efeitos na sociedade contemporânea para que mais a frente se construa um modelo contra hegemônico de desenvolvimento a partir do olhar coletivo e feminista.

A formação social hegemônica que surge junto ao pós guerra e o impulsionamento do progresso exerceram um papel importante ao conduzir as economias nacionais. Como visto no capítulo anterior, foi criada uma variante do capitalismo diferente daqueles de países ricos, capazes de organizar as estruturas sociais e econômicas, essa variante foi denominada de Terceiro Mundo.

Neste contexto é necessário pontuarmos que sem a exploração da “América” e sem o sangue e suor dos subalternizados/escravos/colonizados o capitalismo não teria avançado tão rapidamente e com tanta força. Como argumenta o geógrafo brasileiro Carlos Walter Porto Gonçalves (2003),

Sem o ouro e a prata da América, sem a ocupação de suas terras para as plantações de cana-de-açúcar, de café, de tabaco e de tantas outras espécies, sem a exploração do trabalho indígena e escravo, a Europa não seria nem moderna nem centro do mundo (PORTO-GONÇALVES, 2003, p.168).

A construção da nova ordem patriarcal tornava as mulheres servas da força de trabalho masculina, base importante para o fortalecimento e desenvolvimento do

capitalismo (FEDERICI, 2017). Esta nova ordem impôs uma divisão sexual do trabalho, onde as tarefas entre homens e mulheres, assim como suas vidas e a relação com o capital lhes foram impostas de forma desigual.

As vantagens que a classe capitalista extrai da diferenciação entre trabalho agrícola e industrial e dentro do trabalho industrial – celebrada na ode de Adam Smith à fabricação de alfinetes – atenuam-se em comparação às extraídas da degradação do trabalho e da posição social das mulheres (FEDERICI, 2017, p. 232).

Consideramos que uma análise sobre a problemática do desenvolvimento a partir de um olhar feminista se faz necessário, pois no atual cenário o discurso hegemônico do desenvolvimento continua sendo perpetuado, provocando diferentes formas de dominação e violência.

Pensar o feminismo como um saber – como uma genealogia, como uma proposta para transformar a vida a partir de um olhar integral – permite-nos dialogar tanto com a academia e com os discursos políticos, quanto com as lutas individuais e coletivas das mulheres, para transformar um sistema político, social e econômico desigual e injusto (BARRAGÁN, 2016, p.90).

Os debates em torno das contradições do projeto de desenvolvimento na América Latina se ampliaram, chegando ao âmbito da crítica feminista que contribui na articulação de processos de descolonização e despatriarcalização (BARRAGÁN, 2016). Quase 20 anos após o plano de desenvolvimento proposto por Harry Truman²⁴ onde se cria uma hierarquização entre Norte e Sul, algumas críticas feministas começam a tomar forma na década de 1970. As revoltas de 1968²⁵ acabam por produzir uma “segunda onda”²⁶ do movimento feminista, este articulado junto à crítica ao desenvolvimento na América Latina.

Os programas de desenvolvimento implementados no pós guerra (Guerra Fria) enfrentavam uma série de dificuldades que iam do bem estar da população até a

²⁴ Truman propôs um plano de desenvolvimento que incluía um projeto de recuperação econômica para a Europa além da redução de barreiras comerciais nos países em desenvolvimento. A partir de grandes investimentos privados o Sul passaria a ter atividade industrial como medida fundamental para melhores padrões de vida dos países subdesenvolvidos.

²⁵ Em maio de 1968, um grupo de cerca de 20 mil estudantes protestavam em Paris por mudanças sociais concretas, insatisfeitos com a sociedade, seus direitos e liberdade. Essa revolta iniciou um movimento pelo mundo também por mudanças sociais, reivindicações de trabalhadores, artistas e intelectuais.

²⁶ As reivindicações e conquistas de organizações de mulheres, por direitos sociais e políticos ao longo da história são apresentados como “ondas”, que são períodos cronológicos que auxiliam na compreensão e diferenciação de suas demandas. Cada época apresentava demandas específicas de acordo com as mudanças na sociedade, trazendo consigo novas questões e “amadurecimento” dos movimentos feministas.

participação das mulheres na economia. A inclusão das mulheres²⁷ nas políticas de desenvolvimento era voltada a manutenção de sua condição passiva, como responsáveis pelo lar, enquanto os homens assalariados eram vistos como os provedores. Para os programas de desenvolvimento que seguiam a lógica ocidental, o lar era visto como unidade receptora homogênea e quem se encarregava do cuidado deste eram as mulheres, os homens por outro lado, eram provedores da família por serem os únicos a receber um salário.

O trabalho é fundamento ontológico-social do ser, ou seja,

É ele que permite o desenvolvimento de mediações que instituem a diferencialidade do ser social em face de outros seres da natureza [...]. Essa condição ontológico-social ineliminável do trabalho, dá a ele um caráter universal e sócio histórico (BARROCO, 2008, p.26).

Na sociedade capitalista todas as coisas (incluindo pessoas) adquirem uma identidade a partir de seu processo de valorização enquanto mercadorias (LEITE, 2020). Os papéis sociais são determinados a partir do valor do trabalho, assim portanto, podemos afirmar que a constituição do capitalismo e da sociedade patriarcal são interdependentes. Os trabalhadores são vistos a partir dos papéis sociais que desempenham em relação ao trabalho que fazem e os modos de produção se constituem a partir da sociabilidade.

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ele reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social entre os objetos, existentes à margem dos produtores. É por meio desse quíproco que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais (MARX, 2016, p.206).

O valor do trabalho no capitalismo desempenha um papel importante em relação a divisão social do trabalho. Os papéis dos sujeitos em relação à distribuição do trabalho possuem diferentes medidas e atribuições, tanto no âmbito familiar (do lar), como no papel do trabalho que gera capital. Neste sentido, a divisão do trabalho baseado na questão familiar abre a possibilidade de compreensão e problematização acerca da divisão de gênero na dimensão sexual da divisão do trabalho e os diferentes papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade.

²⁷ Algumas mulheres assumiram importantes papéis durante as guerras e após, em tempos de destruição e mortes, as mulheres foram “jogadas” de volta para o lugar da maternidade, a fim de reconstruir as perdas demográficas de natalidade.

A divulgação da obra de Adam Smith de 1983, contribuiu com a manutenção dos diferentes papéis sociais e reprodução de modelos de opressão patriarcal em diversos âmbitos da sociedade ao longo do século XIX e parte do século XX. A atividade das mulheres em casa segundo o autor, era de extrema importância para que a partir da educação das crianças essas se transformassem em trabalhadores produtivos e contribuíssem para a criação da riqueza, portanto, a obrigação primeira das mulheres era de “trabalharem” em prol do cuidado dos homens e crianças. A força de trabalho assalariado no mercado dependia primeiramente das mulheres envolvendo a reprodução e cuidado a partir das virtudes femininas, como o afeto familiar atribuído ao caráter do indivíduo.

É importante ressaltar que a divisão sexual do trabalho não é de ordem natural e sim um fenômeno sociocultural²⁸, portanto, a suposta inferioridade das mulheres e a generalização de uma ordem social baseada na supremacia masculina corresponde a um fenômeno social (SAFFIOTI, 1987). Segundo Engels (1984), a comunidade familiar patriarcal localiza-se historicamente entre a família baseada no direito materno e na monogâmica²⁹. Antes dessa forma de organização patriarcal, a humanidade se estabelecia a partir de matrimônio em grupos, onde “não se pode saber com certeza quem é o pai de uma criança, mas sabe-se quem é a mãe (...) em toda parte onde existe o matrimônio por grupos a descendência só poder ser estabelecida do lado *materno*, e, por conseguinte, apenas se reconhece a *linhagem feminina*”³⁰.

Engels (1984) afirma que a organização familiar teria se alterado significativamente a partir da domesticação de animais e da geração e acúmulo de riqueza (capital). A partir do momento em que as riquezas passam a ser propriedade das famílias, o modo de organização familiar muda, o homem começa a desempenhar um papel fundamental nesse processo de acúmulo de riqueza, diferente das sociedades primitivas, onde os filhos eram tidos como comuns – procriação era socializada – assim como os modos de produção³¹.

²⁸ TOLEDO, Cecília. Mulheres: O Gênero nos Une, a Classe

²⁹ O casamento monogâmico tem suas origens nas formas de controle social (posse/natalidade/saúde) sendo apropriado pela igreja, implicando valores de juízo moral.

³⁰ ENGELS, Friedrich. A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. 9. Ed. Tradução Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1984, p.43.

³¹ Essa afirmativa é proveniente do olhar eurocentrado, uma vez que até nos dias atuais algumas sociedades pertencentes aos povos originários não entendem os filhos como propriedade de um casal e sim, como sujeito a ser educado coletivamente.

A partir do estabelecimento da forma privada de propriedade, as relações familiares e de “trabalho” mudam, as esferas públicas e privadas se separam. Segundo Engels (1984) foi a partir deste modo de organização que ocorreu a subjugação feminina em relação a divisão sexual do trabalho, que ao invés da divisão igualitária entre os gêneros, a mulher se tornou propriedade e domínio privado. Porém, ao longo dos séculos essa relação hierárquica dos modos de produção e desenvolvimento do capital foi perdendo força, porém, no interior e nas periferias da América Latina e, especificamente no Brasil, as mulheres ainda são submetidas ao lugar de propriedade e ao domínio privado.

Para Heleieth Saffioti - autora brasileira que analisa as questões de gênero, patriarcado e violência tomando por base o pensamento de Marx -, os eixos dominação-exploração pertencem a um mesmo processo, diferente da corrente weberiana em que a atuação humana se organiza em diferentes esferas.

A dominação-exploração constitui um único fenômeno, apresentando duas faces. Desta sorte, a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva (...) o controle está sempre em mãos masculinas (SAFFIOTI, 2015, p. 113).

A relação entre sexo e gênero segundo Saffioti (2015), são independentes no sentido em que o gênero não se apoia necessariamente no sexo para proceder à formatação do agente social. Simone de Beauvoir (1970) em sua obra *O Segundo Sexo*, coloca em questão o aparato cultural de construção do sujeito, deixando de lado o determinismo biológico. Butler (1990, p.1) usa o texto de Beauvoir para afirmar que “não só estamos construídos culturalmente, mas sim, em certo sentido nos construímos a nós mesmos”. Neste sentido, compreendemos que o tema da divisão sexual do trabalho apontado no texto se traduz na divisão do exercício do trabalho entre homens e mulheres³².

A divisão sexual do trabalho é considerada como um aspecto da divisão social do trabalho, e nela a dimensão opressão/dominação está fortemente contida. Essa divisão social e técnica do trabalho é acompanhada de uma hierarquia clara do ponto de vista das relações sexuais de poder (...) A divisão sexual do trabalho é, assim, indissociável das relações sociais entre homens e mulheres, que são relações de exploração e de opressão entre duas categorias de sexo socialmente construídas (HIRATA, 2002, p. 280-281).

³² O gênero neste caso não se reduz ao sexo, mas é utilizado como unidade no contexto social que é exercida.

Ao compreendermos a questão do gênero como algo que deveria estabelecer relações igualitárias, podemos afirmar que o patriarcado contrariamente ao que se passa com o gênero, corresponde a uma forma específica de hierarquização entre os gêneros, estabelecendo neste sentido, uma desigualdade. Para Saffioti o patriarcado,

Só se aplica a uma fase histórica, não tendo a pretensão de generalidade nem de neutralidade, e deixando propositadamente explícito o vetor de dominação-exploração. Perde-se em extensão, porém se ganha em compreensão. Entra-se, assim, no reino da História. Trata-se, pois, da falocracia, do androcentrismo, da primazia masculina. É, por conseguinte, um conceito de ordem política. E poderia ser de outra ordem se o objetivo da(s) feministas consiste em transformar a sociedade eliminando as desigualdades, as injustiças, as iniquidades, e instaurando a igualdade? (SAFFIOTI, 2015, p.148)

O papel do feminismo neste sentido é de evidenciar a hierarquia entre os gêneros considerando a relevância da discussão sobre o vetor da dominação-exploração do patriarcado na sociedade. Existe segundo Saffioti (2015), uma ordem patriarcal de gênero caracterizada por uma hierarquia entre homens e mulheres, onde os homens possuem privilégios. A emancipação feminina da opressão de gênero – patriarcal, colonialista e violenta - está intimamente relacionada com a subversão do capitalismo e das relações de dominação e opressão. Nas palavras de Engels (1880) sobre Fourier³³ - um socialista utópico -, “o grau de emancipação da mulher numa sociedade é o barômetro natural pelo qual se mede a emancipação geral”³⁴.

Se considerarmos que a acumulação primitiva sustenta o desenvolvimento das relações capitalistas e que, como já citado no capítulo anterior, este capitalismo rege o modelo de desenvolvimento contemporâneo. Podemos considerar que este processo vem acompanhado de uma atualização dos aspectos violentos de dominação e exploração vistos da no processo de colonização. Para Federici (2017), este modelo violento de acumulação primitiva “mostra que a contínua expulsão dos camponeses da terra, a guerra e o saque em escala global e a degradação das mulheres são condições necessárias para a existência do capitalismo em qualquer época” (FEDERICI, 2017, p.27).

O capitalismo, portanto, é parte integrante da hierarquização sexual a partir da reprodução do projeto de dominação que se sustenta a partir da reprodução da

³³ François Maria Charles Fourier (1772-1837) foi um socialista francês da primeira parte do século XIX. Considerado um dos mais radicais representantes do socialismo utópico.

³⁴ ENGELS, Friederich. Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico. **Marxists Internet Archive**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1880/socialismo/index.htm>>. Acesso em: 4 de fevereiro de 2024.

exploração do trabalho como fonte de acumulação do capital. A partir da afirmação de Federici (2017) de que “o capitalismo coincide com essa guerra contra as mulheres”, podemos tecer uma crítica ao modelo de desenvolvimento contemporâneo que tem como principal característica a acumulação e exploração de corpos-territórios - capitalismo é essencialmente patriarcal.

A defesa e resistência do corpo-território às formas de violência e exploração que o modelo hegemônico de desenvolvimento tenta consolidar são provocadas pelo sistema capitalista de produção e acúmulo de capital. As ações de sobrevivência são as formas de luta e somente são necessárias em uma sociedade que oprime e violenta, é um resultado, uma consequência, presente nos corpos que se recusam aos modos de alienação e subalternização. Aparece como movimento contra o sistema, à sua margem.

Na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho. (FEDERICI, 2017, p.34).

No atual sistema, o corpo adquire um status de propriedade privada assim como o território, no sentido que o ambos são “administrados” por um ente masculino, patriarcal. Na América Latina a “administração” de corpos e territórios se dá em um ato de dominação colonial que se entende até os dias atuais, reproduzindo um sistema em que a vida é subordinada ao lucro e a acumulação assim como a força de trabalho que só pode ser alcançada com o máximo de violência e divisão desigual dos papéis sociais (trabalho). É importante ressaltar que os processos de colonização, em especial ao olharmos para a América Latina, são atualizadas.

As lutas feministas que surgem no âmbito do desenvolvimento problematizam as formas de produção e criação de valor deste modelo socioeconômico. Em 2 de julho de 1975 aconteceu a primeira Conferência Mundial sobre a Mulher no México, por intervenção de Boserup³⁵ e suas contemporâneas, onde foi declarado os anos 1980 como a “Década da Mulher”. Foi estabelecido, portanto, o Instituto de Investigação e Capacitação para a Promoção da Mulher (Instraw) e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), institucionalizando a importância da mulher e seus enfoques como parte do desenvolvimento. A implementação da mulher na

³⁵ Ester Boserup nasceu em Copenhague em 1910 e formou-se na Universidade de Copenhague em 1935 em economia teórica com uma vasta formação em ciências sociais, além de desenvolvimento agrícola. Fez importantes contribuições ao feminismo e trabalhou nas Nações Unidas.

discussão sobre o desenvolvimento propunha tanto uma crítica aos programas e modelos já conhecidos do desenvolvimento, como a integração das mulheres nos múltiplos recursos relacionados ao desenvolvimento, já que por décadas as mulheres eram vistas apenas como dependentes de seus maridos e encarregadas do lar³⁶.

Apesar do importante passo dado em relação a implementação das mulheres no âmbito do desenvolvimento, facilitando o acesso aos programas de microcréditos e reconhecendo o seu trabalho na economia produtiva, não se problematizava as ideologias por trás do conceito de desenvolvimento capitalista e liberal nem as economias neoclássicas³⁷ inscritas no paradigma do progresso e da modernização.

Na segunda metade dos anos 1970, emerge uma outra corrente que coloca o conceito de mulheres e desenvolvimento em pauta mais uma vez, porém esta emerge da crítica ao progresso e modernização econômica. A corrente das “Mulheres e Desenvolvimento (*Women and Development, WAD*), diferente da primeira corrente que propunha facilitar o acesso das mulheres aos fundos de desenvolvimento, possuía suas bases no feminismo marxista e na Teoria da Dependência que problematizava o desenvolvimento criado no Norte Global, visto que tal desenvolvimento só se deu a partir da exploração da América Latina.

Independente das correntes que integram as mulheres aos processos de desenvolvimento, é importante esclarecer que antes da integração e promoção a partir da institucionalização as mulheres já integravam os processos de desenvolvimento e manutenção da sociedade – com os trabalhos tanto dentro como fora do lar. A institucionalização das mulheres como parte do desenvolvimento possui um enfoque crítico e analítico aos modelos de desenvolvimento, mas não constrói efetivamente propostas concretas aos modelos ainda contraditórios. As estruturas continuam desiguais, violentas e exploram de forma predatória os corpos e territórios.

Em 1980 uma nova corrente surgiu junto à terceira onda do feminismo, neste contexto o gênero se torna categoria central da globalização (VALCARCÉL, 2013). Essa nova corrente com o enfoque em “Gênero e Desenvolvimento” (*Gender and*

³⁶ Por mais que o discurso patriarcal se pautasse na questão do trabalho não rentável da mulher, reconhecemos que o trabalho produtivo e reprodutivo contribuiu significativamente com as economias nacionais. O trabalho não remunerado das mulheres capacitou os homens ao trabalho assalariado, pois enquanto as mulheres cuidavam do lar, filhos e de seus maridos, esses podiam se dedicar ao trabalho, sem o trabalho das mulheres tanto reprodutivo (na questão de produzir o trabalho de mão de obra – filhos) não haveria o provedor masculino.

³⁷ A economia neoclássica como expressão genérica das diversas correntes da economia surge no final do século XIX e XX. O pensamento econômico (neoclássico), portanto, estudam os preços, produção e distribuição da renda através do mecanismo de oferta e demanda do mercado.

Development, GAD), possui raízes tanto no feminismo socialista como na crítica pós-estruturalista, abordando principalmente os temas do anticapitalismo e antipatriarcado. Diferentemente das outras correntes do desenvolvimento proposto junto às mulheres, o GAD surge com uma abordagem construtivista que tem como base a identificação da opressão por meio da análise integral da organização socioeconômica e política da sociedade.

Esse novo enfoque coloca o gênero como construção social, para além do sexo biológico, questionando o lugar social da mulher construído a partir da homogeneização de sua categoria – categorias que vão além do gênero, como dominação, exploração, origem étnico-racial, orientação sexual, idade entre outros. Ao criticar os modelos hegemônicos da economia, o GAD questiona a dominação nas relações de gênero defendendo mudanças estruturais na construção de novos modelos de desenvolvimento. O feminismo aparece como alternativa e mudança rumo à equidade necessita de novas políticas de gênero, possibilitando às mulheres aos locais de fala, tendo em vista que as mulheres são agentes de mudança efetiva dos modelos socioeconômicos vigentes ao relacionar o desenvolvimento as opressões de gênero, raça e classe³⁸.

As estratégias práticas para a mudança dos programas e projetos de desenvolvimento hegemônicos necessitam de um esquema estratégico que questione a subordinação das mulheres no sistema socioeconômico. A economia feminista, neste sentido, permite compreender as formas de exploração das mulheres e dos corpos feminizados na sociedade capitalista (GAGO, 2020). O desenvolvimento socioeconômico opera através de um mercado que amplia as desigualdades a partir da naturalização das formas de opressão³⁹.

A mudança proposta pelo movimento feminista é estrutural aos modos de produção capitalista e discursos hegemônicos de desenvolvimento que vêm sendo conservado durante séculos. A crítica feminista ao modelo hegemônico de desenvolvimento não só beneficia as mulheres, mas toda a população subalternizada pelos modos violência e opressão. A narrativa do progresso e desenvolvimento elaborados a partir da visão dos colonizadores através dos modos de violência e

³⁸ Patricia Maguire, *Women in Development: An Alternative Analysis* (Amherst: Center for International Education, University of Massachusetts, 1984); Gita Sen; Caren Grown, *Development, Crises, and Alternative Visions: Third World Women's Perspectives* (Londres: Earthscan Publications Limited, 1988).

³⁹ Sobre preconceito e as opressões, recentes estudos sobre diferença salarial e população transgênero mostraram que as mulheres trans passam a receber salários menores depois da transição, o que não é observado no caso dos homens trans (Schilt e Wiswall, 2008, p.4).

exploração dos corpos e territórios marca o ponto de partida dos povos em relação a dominação, subalternização e violência, reproduzindo dualismos e hierarquias da lógica colonial. O processo colonial impôs à sociedade latino-americana a colonialidade de gênero associada à ideia de raça, desumanizando os povos indígenas e africanos em um processo de exploração e violação brutal de seus corpos e territórios (LUGONES, 2014).

A ideologia desenvolvimentista que vem sendo reforçada durante os anos, desde o pós guerra, reforça as categorias de opressão, divisão sexual do trabalho, racismo e violência. Ao denunciar a lógica colonizadora do desenvolvimento, a crítica feminista junto as alternativas ao desenvolvimento hegemônico se afastam do modelo eurocêntrico e androcêntrico, propondo práticas comunitárias a partir dos modelos já utilizados por mulheres indígenas de Abya Yala⁴⁰ e/ou da América Latina.

As alternativas ao modelo de desenvolvimento eurocêntrico devem levar em consideração os saberes, modos de vida e cosmologias dos povos subalternizados pelo colonialismo, propondo um olhar centrado na diversidade socioecológica e econômica tanto das economias feministas como pelo conceito de utopia do *Buen Vivir* (GUDYNAS, 2011; ACOSTA, 2016). O Bem Viver, *suma qamaña* ou *sumak kawsay* (nas línguas Aymara e kechwa, respectivamente) é considerado - enquanto saberes dos povos indígenas – uma afirmação teórica e política das cosmovisões dos povos originários da América Latina enquanto forma de resistência e enfrentamento à colonialidade. Este conceito visa resgatar a memória ancestral com o propósito de responder às necessidades concretas atuais (FÉLIX, 2016), possibilitando outros modos de vida. Uma abordagem contra hegemônica do desenvolvimento, como a feminista e *suam qamaña*, abre caminhos para diálogos e construções coletivas junto as epistemologias do Sul - que já possuem uma lógica própria de cuidado coletivo, tanto na economia como na preservação da existência terrestre – para o enfrentamento dos modelos hegemônicos e coloniais.

Neste sentido, a desconstrução das categorias eurocêntricas de desenvolvimento pode revelar-se útil para a análise da situação ainda colonial dos modos de existência dos povos subalternizados da América Latina. As práticas de resistência dos povos subalternizados já se mostram como alternativa aos modelos hegemônicos, portanto, é

⁴⁰ Abya Yala, no idioma Kuna significa “Terra madura”, Terra Viva” ou Terra em florescimento”. Era utilizado por povos originários do continente, ao qual os colonizadores impuseram a denominação de América (CABNAL, 2017).

desta forma que os caminhos rumo à mudança precisam ser trilhados. A resistência coletiva e feminista confere visibilidade as estratégias de resistência que questionam e confrontam o atual modelo de desenvolvimento que segue a lógica colonial e violenta de dominação de corpos e territórios.

Os modos coletivos de pensar o desenvolvimento que o movimento feminista abordado neste texto apresenta, têm por finalidade evidenciar os saberes subalternos e ancestrais que seguem outros parâmetros de existência, constituindo diferentes modos de produzir que por muitas vezes não segue a lógica capitalista (violenta, destrutiva e patriarcal).

No próximo capítulo evidenciaremos a incompatibilidade do sistema capitalista no discurso positivo do desenvolvimento e como estes não estão de acordo com a democracia e o bem viver dos povos colonizados. Como observamos durante o capítulo anterior, o desenvolvimento e a modernização da vida têm seus caminhos delimitados e exclusivos para uma parcela minoritária da sociedade, essa a classe burguesa a quem se beneficiam as economias e as formas de existência conservadoras.

2. O NOVO TEMPO COMO ANTOLOGIA DO PASSADO.

Observamos anteriormente as diferentes esferas do discurso do desenvolvimento e como essa ideia desenvolvimentista foi se alastrando durante a construção da América Latina e se transformando em discurso positivo de progresso ao mesmo tempo que cria crises tanto econômicas como sociais. O debate atual sobre a construção das economias latino-americanas e de seu desenvolvimento social sofrem até hoje fortes influências da colonização por meio da violência e destruição dos direitos dos corpos e territórios.

Pontuaremos alguns traços históricos e estruturais para compreendermos as condições atuais das crises geradas pelo discurso do desenvolvimento tanto econômico como social vinculadas à ideia de progresso. A primeira é a acumulação primitiva do capital - alimentada pelo mercantilismo a partir do século XVI - se reorganiza de forma efetiva no final do século XIX e início do século XX sob comando do capitalismo imperialista como nova forma de colonialismo. A acumulação capitalista e sua trama imperialista passa a ser sustentada no começo do século XX pela financeirização, consolidação de monopólios e exportação de capitais.

Concentração da produção; monopólios que resultam da mesma; fusão e junção de bancos com a indústria: tal é a história do aparecimento do capital financeiro e daquilo que este conceito encerra [...]. O capital financeiro é força tão considerável, pode dizer tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais, que é capaz de subordinar, e subordina

realmente, mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa [...]”. (LENIN, 2008, p. 47, 82).

A dependência⁴¹ gerada pela modernização efetivou a superexploração da força de trabalho em grande parte do continente americano (MARINI, 2008). Para Marini (2008), a dependência criada por esse modelo de modernização não poderia gerar o desenvolvimento, criando assim outro tipo de desenvolvimento, este desigual e combinado (FERNANDES, 1968, p. 139-140; OLIVEIRA, 2003, p. 59-63).

Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias (LÊNIN, 2008, p.83).

A modernização na América Latina possui suas raízes na dependência, criando um vínculo de subordinação tanto interna como externa dos modos de produção capitalista. Surge então uma nova forma de poder colonial moderno que participa efetivamente do discurso do progresso positivo necessário para que o desenvolvimento latino americano seja efetivo.

No segundo ponto vemos a revolução burguesa tardia da América Latina que se efetivou por vias coloniais (FERNANDES, 1987 e 2009) se estruturando como economia exportadora, ou seja, o mercado se encontra voltado apenas aos interesses externos, deixando de lado as necessidades latino americanas. O colonialismo mais uma vez se atualiza junto à revolução burguesa a partir da submissão dos povos, como a escravidão, o genocídio de povos originários e negros, além das marcas patriarcais e do racismo estrutural (MOURA, 1983 e 1988). O projeto nacional desenvolvimentista aparece como uma nova (re)edição do imperialismo latino americano do século XX necessitando da intervenção dos estados nacionais fortes à acumulação e estímulo capitalista estimulados e liderados pelas elites econômicas mundiais como por exemplo os Estados Unidos. Mais uma vez há uma atualização do discurso do desenvolvimento, progresso e modernização ligados ao conservadorismo, dependência, autoritarismo e imperialismo.

O agravamento da realidade latino-americana aparece como terceiro ponto de tensão. O capitalismo tardio⁴² que surge ao fim da Segunda Guerra Mundial e da Guerra

⁴¹ Para Marini (2008), a dependência era entendida como “[...]relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, em cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependência”.

⁴² Mandel, em sua obra *O capitalismo tardio*, propõe que a história do capitalismo pode ser dividida em três fases: (i) capitalismo de livre concorrência (ii) do imperialismo (iii) do capitalismo tardio. A fase do capitalismo tardio estaria calcada na exploração de ramos de produção tecnologicamente menos

Fria intensificaram a crise estrutural na América Latina, culminando no chamado projeto neoliberal. A concentração do capital sustentada pela precarização do trabalho⁴³ e na privatização de espaços públicos, além da mercantilização de diferentes espaços da vida social afetaram os direitos fundamentais da população. A acumulação capitalista no estágio atual afeta tanto os recursos humanos como os materiais através da exploração predatória. O discurso do desenvolvimento dos países avançados e manutenção do “Terceiro Mundo” na situação de dependência estrutural produz crises debaixo do grande discurso entorpecido da modernização e do livre mercado (MÉSZÁROS 2002).

O quarto ponto de tensão está nas formas do colonialismo sejam elas as mais antigas ou mesmo as atuais que foram historicamente estabelecidas por meio de violência, saque e genocídio. Houve e até hoje há uma grande resistência dos povos originários latino-americanos e daqueles que passaram a fazer parte dos colonizados neste processo de violência dos setores dominantes, deixando explícito que o processo colonial não se deu de forma pacífica e consentida.

Por último, é necessário compreender que não há como analisar as condições atuais da sociedade latino-americana sem se perguntar pelas contradições existentes no discurso do desenvolvimento socioeconômico, rumo a uma utopia do progresso criada pela classe burguesa para a elite econômica. As condições do desenvolvimento econômico e do progresso da sociedade se encontram na tecitura do capitalismo, este que opera no mesmo cenário do imperialismo, do neocolonialismo e da dependência sob comando da elite detentora do capital financeiro.

Diante dos elementos apresentados anteriormente, podemos afirmar que o desenvolvimento atual se situa em bases hegemônicas e reducionistas que produzem modelos de progresso e crescimento econômico que ampliam desigualdades, vulnerabilidades sociais e perpetuam violências. Um dos componentes intrínsecos às dinâmicas da estrutura social capitalista contemporânea é a violência, porém esta não se reduz apenas as desigualdades sociais. Segundo o psicólogo social Martín-Baró,

A violência estrutural não se reduz à distribuição inadequada dos recursos disponíveis que impede a satisfação das necessidades básicas da maioria; além disso, a violência estrutural exige o ordenamento da desigualdade opressiva por meio de uma legislação que ampara os mecanismos de

desenvolvidos por setores dinâmicos, com potencialidade para inovação tecnológica que floresce em um cenário de globalização. Para Mandel, a terceira fase do capitalismo surge em um momento de crise estrutural aprofundando as principais contradições da sociedade burguesa. É neste momento em que o aumento da informação gera alienação e o desenvolvimento da produção conduz ao encarecimento do custo de vida. (MANDEL, 1985)

⁴³ O trabalho informal hoje também chamada de uberização do trabalho. (ANTUNES, 2018)

distribuição social da riqueza e que produz uma força coerciva que obriga a maioria a respeitar tais mecanismos. (MARTÍN-BARÓ, 2012, p. 402).

O sistema capitalista latino americano possui algumas singularidades, ele se baseando não só na desigualdade e em sua posição periférica dependente, mas também na dominação colonial. É importante considerar que na periferia do capitalismo, como no caso da América Latina que é caracterizada por mecanismos de superexploração do trabalho (MARINI, 1990) e pela colonialidade do poder (QUIJANO, 2005), a violência estrutural se intensifica gerando um outro modo de violência, essa institucional (MARTÍN-BARÓ, 2012). Essa nova estrutura da violência inerente ao capitalismo se mantém através de um tipo de violência contra uma ordem social específica, mantida por instituições sociais, discursos colonialistas e se torna justificável em certo ponto, se tornando assim algo “natural”, uma naturalização da violência como prática (MARTÍN-BARÓ, 2012).

Aimé Césaire em seu livro *Discurso sobre o colonialismo* (2020), afirma que a violência colonial é elemento essencial do capitalismo e da modernidade. Para o autor, entre o colonizador e o colonizado,

Só há espaço para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, os impostos, o roubo, o estupro, a imposição cultural, o desprezo, a desconfiança, o necrotério, a presunção, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas. (CÉSAIRE, 2020, p.24)

E continua,

Nenhum contato humano, porém, relações de dominação e submissão que transformaram o homem colonizador em peão, em capataz, em carcereiro, em açoite, e o homem nativo em instrumento de produção. É a minha vez de apresentar uma equação: *colonização = coisificação*. (IDEM, p.24)

A modernidade e seu ideal de progresso a partir do modelo capitalista que segue a linha do colonialismo produz uma coisificação da vida (CÉSAIRE, 2020). O grande empreendimento colonial é para o mundo moderno preparador do desastre e precursor da catástrofe, aquele responsável por inserir como marca civilizatória em corpos-territórios, nas florestas e bosques, a forma violenta de ser, saber e poder na reprodução da vida moderna, como identifica Quijano (2005).

E enquanto vocês falam de fábricas e indústrias, não veem, no coração de nossas florestas ou em nossos bosques, a formidável fábrica cuspidor histericamente suas lascas de madeira. A fábrica de lacaios. A prodigiosa mecanização, mecanização do homem, o estupro de nossa humanidade saqueada ainda sabia preservar de íntimo, de intacto... Nunca viu a máquina a esmagar, moer e entorpecer os povos? De modo que o perigo é intenso... (CÉSAIRE, 2020, p.76).

Quando falamos essencialmente do discurso do desenvolvimento latino americano rumo ao progresso socioeconômico é imprescindível identificar os marcos civilizatórios coloniais capitalistas estabelecidos pelo colonialismo. A violência estrutural e as desigualdades extremas são marcos na implantação do futuro rumo ao progresso que o discurso das elites capitalistas propunha. A existência de agentes específicos que estão na base da pirâmide que alimenta a estrutura do desenvolvimento socioeconômico está diretamente ligada à reprodução das antigas mais ainda muito atuais relações de dominação, exploração e genocídio. A questão seria perguntar, progresso e desenvolvimento do que e para quem? Pois nesse jogo do progresso se desenvolveu brutalismos dos mais diferentes em relação a vida colonizada e subalternizada. O progresso e o desenvolvimento dos processos civilizatórios coloniais têm como marca os extermínios.

[...] a questão social expressa a subversão do humano própria da sociedade capitalista contemporânea, que se materializa na naturalização das desigualdades sociais e na submissão das necessidades humanas ao poder das coisas sociais – do capital dinheiro e de seu fetiche. Conduz à indiferença ante os destinos de enormes contingentes de homens e mulheres trabalhadores – resultados de uma pobreza produzida historicamente (e, não, naturalmente produzida) -, universalmente subjugados, abandonados e desprezados, porquanto sobranes para as necessidades médias do capital (IAMAMOTO, 2008, p. 126).

O capitalismo e suas metamorfoses incidem no agravamento da questão social em suas mais diversas manifestações. Neste sentido, não há distinção entre a dimensão econômica e a totalidade da vida social. O sistema mundo contemporâneo que busca o progresso possui suas raízes na “matriz do poder colonial”, que segundo Quijano (2000) afeta todas as dimensões da existência social, como a sexualidade, a autoridade, a subjetividade e o trabalho.

A colonialidade do poder apresentada por Quijano se apresenta como um enredamento de múltiplas e heterogêneas hierarquias globais de dominação e exploração tanto política e econômica como sexual, epistêmica, espiritual, linguística e racial. Se pensarmos essa colonialidade do poder a partir do conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 1989; FREGOSO, 2003) chegaríamos nesta mesma configuração hierárquica étnico-racial da estrutura global de poder que é o princípio organizador das estruturas do sistema-mundo (QUIJANO, 1993).

Esta hierarquia global das relações de trabalho, por exemplo, estão distribuídas de acordo com hierarquias raciais e de gênero. As noções de hierarquia do sistema-mundo capitalista foram exportadas para o resto do mundo através da expansão

colonial, transformadas assim, como um novo padrão de poder, que racializa, classifica e patologiza uma parte da população mundial de acordo com seus padrões hegemônicos e coloniais de poder. Assim se considera a própria ideia de desenvolvimento/progresso, pois há uma relação inextricável com a violência: suas justificativas são marcadas pela exceção, pelas brutalidades, essa lógica só é para alguns corpos/formas de viver.

A violência produzida pelo colonialismo e reproduzida pelo capitalismo contemporâneo junto ao neoliberalismo e suas questões de um fundamentalismo neoconservador religioso - pois hoje há uma conexão muito bem amarrada entre essas dimensões, possuindo impactos importantes, especialmente nas questões de gênero e de religiões não eurocentradas - se apresenta como elemento estrutural dos modos de produção e desenvolvimento da sociedade latino-americana. A produção de riqueza e a sua distribuição legitima a violência que está diretamente ligada ao trabalho assalariado e conseqüentemente à lógica da exploração. No caso do Brasil, a escravização dos povos se inseriu como pré-requisito para a constituição do capitalismo modernizador do mercado interno. Segundo Fernandes (1995), em todo o território latino americano, inclusive no Brasil há uma relação importante entre a escravidão e o desenvolvimento interno do capitalismo, sendo que esses foram fundamentais para compreensão da formação socioeconômica tanto do Brasil como do território latino americano.

Ao considerarmos a violência/escravização como base material para a constituição socioeconômica da América podemos afirmar que as expressões de violência contra os subalternizados têm relação direta com o discurso do desenvolvimento, considerando que o progresso se faz a partir da engrenagem do sistema capitalista. O desenvolvimento, portanto, é baseado nas diretrizes econômicas impostas desde a colonização por meio da opressão e violência sobre os povos subalternizados, ou aqueles considerados inferiores. O exercício do Poder colonialista consolidou as estruturas políticas, econômicas e sociais passando a promover sob a visão etnocêntrica de sociedade uma discriminação direta ou indireta em relação as comunidades tradicionais ou populações trazidas de outras nações sob o estigma de inferiores.

No caso do Brasil os povos indígenas eram vistos como obstáculos ao desenvolvimento do país. Como evidencia Rubens Valente (2017, p.23), esses povos na visão da elite (econômica e social, basicamente homens brancos) necessitavam de amansamento através da mão de obra e trabalho braçal em fazendas. No caso dos povos

originários houve um esforço nacional em enfraquecer os costumes “selvagens” dos índios e atraí-los ao “trabalho” (VALENTE, 2017, p.23).

A manutenção desta forma de “amansamento” rompe com as bases fundamentais da existência dos povos indígenas sendo imposta pelo Estado e agentes privados em nome do interesse econômico (riqueza existentes nas terras indígenas) que ocorrem até os dias atuais. A violência imposta por setores econômicos e mantidos até hoje em nome do desenvolvimento ocorre não apenas com os povos originários, mas também com todos aqueles que foram relegados à pobreza por meio do discurso desenvolvimentista que tem como base ideais colonialistas e patriarcais.

Em 2022 a violência contra os povos indígenas refletiu o desmonte de órgãos de proteção e violações sistemáticas dos direitos à existência. A expansão do agronegócio e da mineração em terras indígenas inflamou os conflitos por terras e controle territoriais em nome do desenvolvimento econômico. A degradação dos espaços coletivos em nome do desenvolvimento verde e sustentável vendido por grandes empresas não é democrática e submete grupos sociais a violência extrema.

Relatórios do Cimi⁴⁴ sobre as violências contra povos indígenas alertam e denunciam, há décadas, a repressão, ataques e assassinatos que ocorrem dentro das comunidades. O relatório “Violência contra os Povos Indígenas” publicado pelo Cimi com dados de 2022 evidenciam o crescente e assustador aumento da violência contra esses povos:

Nos últimos quatro anos, entre 2019 e 2022 apontam que em relação aos conflitos por direitos territoriais envolvendo ataques, pressões e disputas sobre os territórios indígenas, houve o registro de 407 casos; em relação aos casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio indígena, foram 1.133; em relação aos crimes contra a pessoa, apenas abordando os dados de assassinatos de indígenas registrados 795 óbitos; por omissão do poder público, registramos ainda um número cruel: 3.552 crianças indígenas de até quatro anos de idade morreram nestes quatro anos. (RELATÓRIO – VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2022, p.12)

Para o modelo desenvolvimentista brasileiro, as comunidades indígenas deveriam ser integradas economicamente à sociedade como contingente de reserva de mão de obra impulsionando as economias regionais em expansão. A necessidade de mão de obra barata que buscava atender às necessidades desenvolvimentistas e capitalistas ganha impulso após o golpe civil-militar de 1964 e tem suas consequências

⁴⁴ O Cimi (Conselho Indigenista Missionário) é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da igreja católica junto aos povos indígenas.

até hoje, considerando que esses povos também estão sob o olhar das grandes empresas que invadem as comunidades com seus tratores e seus cifrões.

As comunidades indígenas sofrem constantemente com o genocídio sistemático que tem suas raízes coloniais e capitalistas em prol de um desenvolvimento econômico violento com corpos e territórios. Em Mato Grosso do Sul, estado conhecido pela grande força do agronegócio, inúmeras comunidades indígenas se viram obrigadas a viverem à beira das estradas enquanto a soja e com ela o pacote do veneno⁴⁵ avançavam sobre seus territórios.

A brutalidade e a violência contra os territórios indígenas é algo simbólico - mas não somente simbólico, mas um marco real - deixado pelo modelo de desenvolvimento econômico ligado ao agronegócio, garimpo e mineração. O desaparecimento do indigenista Bruno Pereira e do repórter britânico Dom Phillips no Vale do Javali, em junho de 2022 causou comoção e ganhou repercussão tanto nacional quanto mundial. O caso de Bruno e Phillips além de expor uma diversificada e profunda rede criminosa que movimentam montantes milionários⁴⁶ chamou atenção à violência e pressão que os povos indígenas sofrem e resistem em seus territórios.

Um caso significativo e impactante de violência e assassinato que ocorreu no estado do Mato Grosso do Sul em 2022, foi a reação violenta do agronegócio à luta dos povos Guarani e Kaiowá pela demarcação de suas terras que acabou em brutal assassinato do jovem Alex Recate Vasques Lopes, de 21 anos, numa área vizinha à Reserva Indígena de Taquaperi, em Coronel Sapucaia (MS). Além, de outros assassinatos que ocorreram durante uma contraofensiva ruralista que tiraram a vida de outras três lideranças Kaiowá vinculadas ao tekoha Guapoy, em Amambai (MS): Vitor Fernandes, em junho; Marcio Moreira, em julho; e Vitorino Sanches, em setembro de 2022.

Há uma política do extermínio físico e cultural dos povos tradicionais no Brasil, desde a colonização até os dias de hoje em nome do progresso econômico. O desenvolvimento a qualquer custo implica na violação dos direitos dos povos e culmina no genocídio dos mesmos como visto anteriormente. A noção de progresso e avanço tecnológico apesar dos benefícios traz consigo a necessidade de manutenção da

⁴⁵ Agrotóxico é usado como 'arma química' contra aldeias indígenas em MS. Rodrigo Bertolotto, Uol, 21/02/2022. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2022/02/21/agrotoxico-e-usado-como-arma-quimica-contra-aldeias--indigenas-em-ms.htm>

⁴⁶ PF mira compra de ouro de terras indígenas por grupo que movimentou R\$ 16 bi. Fabio Serapião e Marcelo Rocha, Folha de São Paulo, 16/07/2022. Disponível em: <https://folha.com/97jq2ge6>

produção e consumo acelerado do capitalismo predatório. A engrenagem do sistema econômico compromete a manutenção dos recursos naturais que se esgotam com mais rapidez em nome da obtenção de excedentes lucrativos. Além dos inúmeros prejuízos ao planeta, este sistema capitalista produz um genocídio coletivo, sendo que as comunidades indígenas e povos subalternizados os primeiros a serem vítimas desse processo predatório do progresso socioeconômico.

A necessidade do lucro e expansão do capitalismo por parte das nações industrializadas perpassa pelo racismo que segue incrustado na cultura e nos modos de produção do sistema social e econômico brasileiro. Para Silvio Almeida (2017), o racismo é um movimento histórico e político que perpassa esferas econômicas desde as expansões coloniais, sendo assim um critério para distribuição de riquezas e instrumento fundamental da expansão do capitalismo e da manutenção do poder.

O imperialismo marcou o início da dominação colonial e da transferência das disputas capitalistas do plano interno para o plano internacional. Isso porque a crise de superacumulação de capital obrigou o capitalismo a expandir-se além das fronteiras nacionais. Essa é a explicação econômica do imperialismo, mas que também teve como base um argumento ideológico preponderante: o racismo. (ALMEIDA, 2017, p. 7)

E segue,

A ideologia imperialista baseou-se no racismo e na ideia eurocêntrica do progresso. Os povos da África, por exemplo, precisavam ser “salvos” pelo conquistador europeu de seu atraso natural. Essa ideologia racista, somada ao discurso pseudocientífico do “darwinismo social” – que afirmava a superioridade “natural” do homem branco -, foram o elemento legitimador da pilhagem, assassinatos e destruição promovida pelos europeus no continente africano. (IDEM, p.7)

Apesar do genocídio dos povos praticados pelo agronegócio, garimpeiros, grileiros entre outros, a visão desenvolvimentista instaurada em 1964 segue seu curso. Sob vistas do Estado brasileiro, o regime ecocida e etnocida segue produzindo impactos extremos à vida da sociedade e principalmente à vida da terra. Há uma manutenção do sistema imperialista e colonialista que tem o objetivo de expansão econômica rompendo com a realidade concreta que resulta no desaparecimento dos recursos que proporcionam a existência da humanidade.

As ações diretas sobre os recursos naturais, como o uso indiscriminado de agrotóxicos, destruição de vilarejos e aldeias para a realização de grandes obras com irrecuperáveis impactos, como no caso dos garimpos em terras Yanomamis ou mesmo a construção da Usina de Belo Monte que provocou uma tragédia pelo rompimento da barragem, vêm impedindo a continuidade da vida coletiva. Essas ações constituem um

projeto de destruição da vida na terra em nome da acumulação de capital e manutenção de um sistema econômico que promove um acelerado esgotamento dos recursos naturais.

Podemos considerar a violência na estrutura social capitalista como algo que se manifesta sob forma da “[...] pauperização, da alienação, na luta pela vida e o êxito do mais forte, a competição e o lucro, a ambição e a agressão [...]” (IANNI, 2004, p.155). A violência sob os corpos e territórios em nome de um progresso econômico como visto anteriormente está intrinsecamente conectada à base material da sociedade, ou seja, é organizada por mecanismo de exploração, dominação e opressão.

O modo de produção capitalista reproduz uma alienação em suas expressões de coisificação das relações sociais invertendo os valores e naturalizando alguns fenômenos como a violência (MARX, 1985). Este modo de produção contribui - conjuntamente com o Estado -, portanto, com a reprodução da violência estrutural, reforçando a subalternização e suas expressões históricas, econômicas, políticas e sociais que desencadeiam esses fenômenos da violência. Segundo Iasi (2013),

Na abstração dos direitos, somos todos iguais. Na particularidade da sociedade burguesa, somos pobres, pretos, favelados, facilmente identificados para receber práticas discriminatórias em nome da ordem a ser mantida. Ordem e tranquilidade. Na ordem garantida, os negócios e acordos são garantidos sem sobressaltos, a acumulação de capitais encontra os meios de se reproduzir com taxas adequadas, o Estado é saneado financeiramente, destruindo as políticas públicas e garantindo a transferência do fundo público para a propriedade privatista. A ordem garante que a exploração que fundamenta nossa sociabilidade se dê com tranquilidade (IASI, 2013, p.3).

Neste sentido podemos afirmar que a violência é administrada por um campo da sociedade contemporânea brasileira, invisibilizada pelo Estado e administrada pelas classes dominantes. A ordem é garantida em nome da proteção de um bem comum, o capital, criminalizando a existência de outra classe, dos subalternizados em nome do desenvolvimento econômico. A questão, além das diferentes estratégias de subalternização do desenvolvimento e do progresso, são as formas de produção dos espaços, tanto públicos, quanto privados, como lugares hostis de circulação para certos corpos.

Os dados de conflitos no campo brasileiro no período (2014-2023) apontam para a manutenção de um modo de desenvolvimento capitalista que está necessariamente vinculado à violência e à expropriação sobre os territórios e corpos. Em análises anteriores, apontamos que desde 2015 estamos vivenciando um momento de aguda conflitividade no espaço agrário brasileiro, marcado primordialmente pela expansão do agronegócio sobre diferentes territórios (CONFLITOS NO

CAMPO BRASIL, 2023, CPT, p.28)⁴⁷

A situação de conflito no campo se agravou entre 2016 e 2018, superando as 1.500 ocorrências anuais. Este cenário se agravou com o governo Bolsonaro a partir de 2019, marcando um desmonte das políticas públicas para os pobres no campo e órgãos de fiscalização. A conjuntura de ruptura política, junto ao discurso contrário aos movimentos sociais, preservação da natureza, reforma agrária abre lugar ao fortalecimento de agentes legais e ilegais do agronegócio e da mineração do espaço agrário, aumentando expressivamente os conflitos no campo, superando as 1.900 ocorrências por ano a partir de 2019. A violência no campo cresceu cerca de 60% em intensidade nos últimos 10 anos.

A violação de direitos e violências e a resistência dos grupos do campo coloca em evidência o caráter contraditório do modo de (re)produção capitalista no campo brasileiro.

As ações de conquista e retomada de terras, quase sempre protagonizadas por grupos/classes sociais em situação de subalternização, como os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, sem-terra, atingidos por barragens e outros povos e comunidades tradicionais e, de outro lado, os ataques a direitos e ações de violência, geralmente protagonizadas por grupos/classes sociais em situação de dominação, como os fazendeiros, os empresários, os grileiros e as mineradoras (CONFLITOS NO CAMPO BRASIL, 2023, CPT, p.31).

Os conflitos apontam um quadro conflituoso marcado por uma profunda atuação de grupos e classes sociais em situação de dominação, gerando ações violentas e ataques com o intuito de garantir a expansão territorial do capital no campo.

A proteção do capital - este mais protegido do que certos corpos, “a preocupação com o mercado nervoso” - pelo Estado para sua reprodução está relacionada ao empobrecimento, tanto material como espiritual da classe trabalhadora, sendo estes destituídos tanto da riqueza socialmente produzida quanto da sua dignidade existencial (VIEIRA 2015). A formação econômico-social diz respeito ao modo de produção dominante não só em relação aos aspectos econômicos, mas também no modo de vida dos sujeitos, suas relações, tradições, valores e costumes (FERNANDES, 2006).

Há uma clara estratégia de desmobilização e despolitização dos sujeitos, onde tanto as classes dominantes como o Estado buscam a passivação das massas. Esse modo de exclusão do sujeito do âmbito social e econômico tem como objetivo a manutenção da hegemonia garantindo a autonomia da democracia brasileira. A manutenção desse

⁴⁷ Conflitos no campo Brasil 2023 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. – Goiânia : CPT Nacional, 2024. 214 p. : il., tabelas, gráficos, fotografias.

estado atônito contribui para a construção da cultura centrada na obediência, tecendo relações paternalistas e clientelistas pautadas no medo e na violência (IANNI, 1984).

Assim como a violência nas relações socioeconômicas está ligada a elementos fundantes do sistema em voga na sociedade – neste caso latino americana –, tais como a propriedade privada e a divisão da sociedade em classes é necessário o enfrentamento da mesma por meio de elaboração de políticas públicas, mas não apenas das questões mais aparentes como a violência urbana, mas aquelas que aparecem na estrutura muitas vezes ignorada por uma elite da sociedade.

A divisão sexual e racial do trabalho também marcada pela violência aparece como elemento fundante da reprodução das violências estruturais inerentes ao capitalismo. No caso das relações de gênero a violência reflete nas dinâmicas sociais e econômicas consideradas como formas de reprodução da violência estrutural do modo de produção capitalista. A violência de gênero mantém e reproduz desigualdades sociais entre o padrão hegemônico e outras identidades sexuais que não se encaixam no padrão heteronormativo da sociedade.

A violência é estrutural no sentido em que este processo de violência faz parte da construção social e cultural imposta pelo modo de produção capitalista imposto pelo patriarcado, legitimando ideologicamente os abusos cometidos. A violência vinculada ao gênero está presente na formação do ser social que atribui relações de poder diferenciados na sociedade patriarcal, submetendo mulheres⁴⁸ à subalternidade e “obediência” ao homem, sendo culturalmente aceito.

A criação da família tradicional imposta pela sociedade burguesa tem como premissa a ideia de que a mulher tem um papel social definido voltado aos afazeres domésticos, situando esta como dependente do homem financeiramente. A manutenção desta ordem é importante para que haja a reprodução dos papéis sociais capitalistas, pautada pela divisão sexual do trabalho⁴⁹. Segundo Saffioti (1997), a presença da organização patriarcal na sociedade atual,

Como os demais fenômenos sociais, também o patriarcado está em permanente transformação. Se, na Roma antiga, o patriarca detinha poder de vida e morte sobre a esposa e seus filhos, hoje tal poder não mais existe, no

⁴⁸ Neste caso usamos mulheres para ser um contraponto ao sentido do homem branco cis, mas quando falamos de mulheres estamos falando que todes (utilizo o “e” como linguagem neutra, no sentido de incluir aqueles que não se identificam nem como homens nem como mulheres, os não binários) que não entram no padrão hegemônico de homem.

⁴⁹ “Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher)” (HIRATA e KERGOAT, 2007, p.599)

plano **de jure**. Entretanto, homens continuam matando suas parceiras, às vezes com requintes de crueldade, espartilhando-as, atando-lhes fogo, nelas atirando e as deixando tetraplégicas etc. O julgamento destes criminosos sofre, é óbvio, a influência do sexismo reinante na sociedade, que determina o levantamento de falsas acusações – devassa é a mais comum – contra a assassinada. A vítima é transformada rapidamente em réu, procedimento este que consegue, muitas vezes, absolver o verdadeiro réu. (SAFFIOTI, 2004, p.45-46).

A predatória divisão patriarcal do trabalho segue o modo de produção predatório onde o desenvolvimento sempre progressivo das forças produtivas se dá por um processo violento de guerras e conquistas além da dominação e subordinação de povos estabelecendo relações de exploração entre eles. O modo de produção predatório visto como patriarcal tem relação tanto com a relação de exploração violenta determinada pelos homens, quanto com a acumulação rápida de riqueza material baseada em saque e roubo que facilitou o desenvolvimento de tecnologias fundamentadas na conquista e guerra (MIES, 2022).

Para Mies (2022), “a violência contra as mulheres parece ser, portanto, o principal denominador comum que sintetiza a exploração e a opressão das mulheres [...]” independente do local ou classe. A violência contra as mulheres é histórica e está relacionada diretamente com as relações de exploração, acumulação de capital.

Essa subordinação violenta das mulheres aos homens e ao processo de acumulação de capital foi representada pela primeira vez em grande escala durante a caça às bruxas na Europa. Desde então, constituiu a infraestrutura sobre a qual as chamadas relações de produção capitalistas puderam ser estabelecidas, ou seja, a relação contratual entre os proprietários da força de trabalho e os proprietários dos meios de produção. (MIES, 2022, p.313).

As mulheres, os povos colonizados e a natureza foram definidas como propriedade passando a ser subordinados pela força e violência direta ao sistema patriarcal. Segundo Mies (2022), a violência parece necessária quando relacionado com meios de produção, pois as mercadorias não começam a ser produzidas para o mercado externo voluntariamente pelos sujeitos, esses precisam ser forçados a trabalhar, como no caso dos camponeses. No caso das mulheres, o seu primeiro e último meio de produção é o corpo onde está concentrada toda a violência sofrida. Para os homens é necessário conquistar esse território (corpo feminino) e estabelecer seu domínio firme e duradouro.

Esse domínio não se baseia apenas em considerações econômicas estreitamente definidas, embora elas desempenhem um papel importante, mas os motivos econômicos estão intrinsecamente entrelaçados com os políticos, com questões de poder e controle. Sem violência e coerção, nem os homens modernos nem os Estados modernos seriam capazes de seguir seu modelo de progresso e desenvolvimento baseado no domínio sobre a natureza. (MIES, 2022, p.314)

É possível afirmar, portanto, que a violência contra a mulher como principal elemento da acumulação permanente de capital constitui o método mais rápido de “produtivo” para possuir propriedade privada, já que o território (corpo) se torna propriedade, tanto no sentido da violência como no sentido do trabalho seja ele remunerado ou não. As relações de trabalho das mulheres são parte importante do capitalismo pois fazem parte do processo de acumulação, assim o capitalismo necessita das relações patriarcais para manter seu modelo de acumulação. Se as mulheres fossem sujeitos “livres”, a extração de excedentes seria severamente prejudicada. “É isso que as donas de casa, as trabalhadoras, as camponesas e as prostitutas de países do Terceiro e do Primeiro Mundo têm em comum” (MIES, 2022, p.314).

Tanto o progresso econômico como o desenvolvimento social em nome do avanço tecnológico e acumulação de capital nos mostram o uso da violência como força econômica que vêm se intensificando desde a primeira fase do desenvolvimento capitalista – caça as bruxas, tráfico de escravos e colonização. A exploração e destruição dos corpos-territórios acelera a destruição do planeta terra levando a crises históricas tanto no âmbito da saúde como econômico e do meio ambiente.

É necessário buscarmos outras formas de pensar o futuro da sociedade e de seu desenvolvimento socioeconômico já que o sistema vigente patriarcal capitalista e genocida claramente degrada e existência em processo permanente. No próximo capítulo nos propomos a pensar uma sociedade em que as mulheres, a natureza e as colônias não fossem submetidas a exploração em nome de um progresso que visa a acumulação cada vez maior de capital. As utopias feministas se apresentam como modelo de superação ao sistema vigente que viola os corpos e territórios.

Ao analisarmos as falhas do modelo atual de desenvolvimento – hegemônico e patriarcal – e colocar em evidência o modelo feminista de pensar outras formas a partir da crítica a esse modelo, nos apresentando formas coletivas e possíveis de transformar a atual realidade socioeconômica em nome da manutenção da existência de corpos e território podemos agora construir novas/outras utopias a partir destes dados a cima.

No próximo capítulo indicaremos caminhos possíveis para essa mudança a partir da construção de utopias feministas e coletivas para além da hegemonia patriarcal que mais que construir realidades sociais, as destrói. Apresentaremos, portanto, uma virada utópica na atual configuração de sociedade, evidenciando as diferenças entre pensar uma sociedade a partir do patriarcado e a partir do feminismo.

3. OUTRAS UTOPIAS

O momento parece exigir a construção de uma realidade outra, um pensamento emancipatório que tenha como ponto de partida a utopia feminista que potencializa o desejo de mudança rumo ao desenvolvimento que seja inclusivo, diverso e se articule nas várias dimensões contra hegemônicas a partir da economia, ecologia e direitos coletivos.

A busca da utopia se encontra no cerne da sociologia (WELLS, 1906) e se faz necessária para a reconstrução da sociedade, segundo Ruth Levitas (2013). Seguindo os passos de Ernst Bloch, que constrói a utopia como um princípio de esperança que nos move rumo a mudança social concreta, a autora se utiliza da fundamentação teórica de Bloch para defender que a utopia aparece na sociologia como um conceito positivo, flexível e também otimista de mudança.

O método utópico [...] fornece uma ferramenta crítica para expor as limitações dos atuais discursos políticos sobre o crescimento econômico e a sustentabilidade ecológica. Facilita o pensamento genuinamente holístico sobre futuros possíveis, combinado com reflexividade, condicionamento e envolvimento democrático com os princípios e práticas desses futuros. E exige que pensemos sobre nossas concepções das necessidades humanas e do florescimento humano nesses futuros possíveis⁵⁰ (LEVITAS, 2013, p.6).

A autora compreende a utopia como um método mais que um objetivo, pois é no seio da utopia que é construído o desejo de ser diferente, individual e coletivo tanto subjetivamente como objetivamente. Ao explorar esse conceito, Ruth Levitas elabora a utopia como um método de Reconstituição Imaginária da Sociedade (Imaginary Reconstitution of Society - IROS), como potência de mudança por meio de perguntas sobre qual sociedade seria a melhor para se viver, de acordo com os modelos que estão em colapso. Há uma urgência na reconstituição da sociedade por meio da imaginação concreta, dado que a sociedade atual passa por crises extremas, como já citado na introdução desta pesquisa.

Para Levitas (2013), as crises econômicas de 2008, ambientais e a falência em se atingir as Metas do Milênio da ONU, criaram um cenário de emergência que colocaria a utopia como conceito chave para construir modelos diferentes, em resposta às crises que ameaçavam a sobrevivência humana. É importante ressaltar que para a autora a utopia é o desejo de se viver ou de ser melhor inerente à condição humana, como prática desse desejo de uma sociedade melhor. Contudo, Levitas reconhece a ideia negativa da utopia

⁵⁰ Tradução nossa.

que alguns sociólogos propunham – a utopia era vista como projeto autoritário utilizado por ditadores – porém, a autora observava esses discursos negativos da utopia como “antiutópicos”.

As crises econômicas e ecológicas significam que a mudança é essencial e inevitável. É a natureza dessa mudança que está em questão. Precisamos pensar sobre que tipo de sistema social e econômico pode proporcionar meios de subsistência e modos de vida seguros e sustentáveis para todos. Para aqueles que ainda pensam que a utopia é o impossível, o que realmente é impossível é continuar como estamos, com sistemas sociais e econômicos que enriquecem alguns, mas destroem o ambiente e empobrecem a maior parte da população mundial. A nossa própria sobrevivência depende de encontrarmos outra forma de viver⁵¹ (LEVITAS, 2013, p.7).

Ao deixarmos de lado o argumento reducionista da (anti)utopia que até hoje prevalece em alguns discursos como algo fantasioso e até totalitário, nos debruçaremos no argumento de Levitas (2013) sobre o método utópico que tem como objetivo abrir os caminhos para as questões de mudanças que se tornam concretas por meio do desejo de viver ou ser melhor que é um traço da cultura humana.

Ernst Bloch (2005), postulou em seu trabalho sobre “O Princípio Esperança” a existência de um impulso utópico como dado antropológico que sustenta a propensão humana de desejar e imaginar uma vida diferente. A imaginação propulsora, segundo o autor, é o movimento humano que pode transformar a existência, imaginação e movimento utópico. Para Bloch (2005) e Levitas (2013), a cultura humana carrega o desejo utópico a partir de artefatos culturais como a música, arte e literatura, oferecendo um vislumbre do que está faltando, uma prefiguração de um jeito melhor de viver.

A utopia, portanto, não requer a construção imaginativa de outros mundos inteiros. Ela ocorre nas práticas criativas individuais e coletivas, incorporada como elemento de uma vasta gama de práticas culturais humanas. O método utópico utilizado é principalmente hermenêutico, pois explora a cultura no seu sentido mais amplo – pelos seus aspectos utópicos - como pela sua expressão de anseio de realização (LEVITAS, 2013), diferente das objeções mais comuns da utopia – que chamaremos aqui de antiutópicas - em que o senso comum e alguns discursos políticos proliferam, retratando a utopia como busca impossível pela perfeição, cujas consequências políticas são necessariamente totalitárias⁵².

⁵¹ Tradução nossa.

⁵² A posição antiutópica se baseia no clima da Guerra Fria e no posterior triunfalismo capitalista que acompanhou a queda dos regimes comunistas após 1989. Alguns autores como Friedrich von Hayek (1944), Karl Popper (1945) reforçam a ideia antiutópica por meio de seus textos, comparando utopia com totalitarismo, socialismo e fascismo. Ver: *The Road to Serfdom* – Hayek e *The Open Society and its Enemies* – Popper, para mais.

Muitos atribuíram a violência, o totalitarismo e os sonhos irrealizáveis com a utopia, mas por outro lado, houve muitas críticas a essa forma antiutópica da própria utopia. A transformação utópica acontece por demanda, são as crises que movimentam a esperança social e cria condições para que ocorra a utopia concreta como afirmava Bloch (2003).

O impacto da transformação utópica perpassa aparece também no movimento(s) feminista(s) de 1970. Alguns escritos sobre o gênero “feminismo utópico” ressurgem nas mãos do movimento feminista, o principal título *A Cidade das Damas* escrito por Chirstine de Pizan em 1405 - escrito um século antes do famoso livro de Thomas More, *Utopia* – se torna dimensão vital para as políticas radicais propostas por feministas, argumenta Angelika Bammer⁵³. A ideia principal de utilizar a utopia feminista no movimento(s) político feminista(s) era de desafiar e influenciar leitores(as) a redefinirem a utopia a partir de Pizan⁵⁴ que trazia em seu livro uma crítica à hegemonia masculina já no século XV.

As utopias escritas por mulheres propõem uma reconceitualização do utópico. O significado proposto contém um impulso utópico diferente possuindo uma outra perspectiva da hegemonia cultural/patriarcal e ao fazer isso reivindica o potencial emancipatório do padrão hegemônico.

Enquanto os homens, nas suas ficções, criaram utopias e exploraram outros mundos, as escritoras e leitoras têm estado muito mais interessadas nos gêneros que permitem reordenações ficcionais da esfera privada, como o romance e a fantasia. O que isto sugere é que talvez para a maioria das mulheres não tenha sido tanto a expansão do poder, mas a reestruturação das relações de poder da vida quotidiana que representou a sua utopia ao mesmo tempo mais alcançável e mais urgentemente necessária⁵⁵ (BAMMER, 2004, p.13).

É possível observar que a utopia masculina difere da feminina no sentido que o desejo de mudança é específico de cada gênero. Os desejos neste sentido são construídos dentro da lógica social estabelecida. A utopia feminina se configura a partir da perspectiva histórica das mulheres – submissas aos serviços domésticos e sexuais dos homens, inferiores e sem direitos – possuindo, portanto, um papel crítico aos modos hegemônicos em que a sociedade impõe às mulheres. Autores como Robert Scholes,

⁵³ BAMMER, Angelika. *Partial visions: Feminism and Utopianism in the 1970s*. Routledge, 2004.

⁵⁴ Chirstine de Pizan (1405) constrói uma alegórica cidade que é construída e habitada por mulheres. A obra nasce das reivindicações da autora a respeito do acesso das mulheres ao saber, a igualdade e a violência contra as mulheres. Os elementos imaginários contidos na obra funcionam como crítica social e negação da realidade misógina do século XV, construindo outros caminhos em que as mulheres se tornam protagonistas de suas próprias histórias, do imagético ao concreto.

⁵⁵ Tradução nossa.

Darko Suvin e Frederic Jameson lançam um olhar estrutural a utopia baseada na ficção especulativa (categoria que a utopia está inserida) que ilumina dois caminhos para que o pensamento histórico possa se ancorar: (1) nos forçando a ver como as coisas são, nos mostrando como elas podem ser diferentes; e (2) nos mostrando que só é possível pensar um futuro diferente, se aprendermos a pensar de outras maneiras. Essa perspectiva apresentada pelos autores nos ajuda a mais uma vez ver a utopia como algo positivo.

Apesar da utopia parecer algo marginalizado tanto no âmbito político como na ficção especulativa, é possível enxergar no método utópico um modelo radical e transgressor aberto as mudanças se apresentam como processo que envolve representações históricas de movimentos contra hegemônicos, como visto na obra de Christine de Pizan. O potencial emancipatório das utopias não pode ser “achado” na apresentação dos modelos, mas no movimento das práticas discursivas, nos processos e na produção concreta das mudanças seguindo as críticas contra hegemônicas.

Algumas acadêmicas feministas como Evelyn Beck (1975) argumentam que, muitos dos preconceitos existentes em determinada época e lugar em que foi escrita a utopia continuarão a ser reproduzidos no novo mundo que se apresenta como alternativa. Muitas das vezes aqueles que exercem o poder no mundo real também o fazem na utopia, enquanto aqueles que estão em posições subalternizadas permanecerão neste estado de não reconhecimento e invisíveis. Um exemplo desse tipo de utopia é a escrita por Thomas More no contexto de um estado pré-capitalista - em que a família desempenhava um papel fundamental na construção ideológica e econômica da sociedade. Apesar de More fazer um movimento radicalmente utópico e subversivo ao transferir a autoridade do Estado das estruturas feudais para as estruturas familiares, as relações de poder e autoridade hierárquica das famílias continuam as mesmas.

Historicamente as mulheres foram excluídas, tanto na construção de sociedades utópicas quanto na elaboração das sociedades reais (concretas). Podemos observar que as utopias construídas por homens excluem as mulheres de sua participação, reproduzindo nas sociedades um novo mundo ainda patriarcal, onde o poder continua sendo centralizado no homem. A utopia por definição "masculinizada" se apresenta neste modelo como uma sociedade que exclui a figura feminina pois essa é um ser inferior, o outro que não possui aparatos intelectuais suficientes para participar da construção da sociedade.

A exclusão da figura feminina como um ser inferior, que não faz parte da

sociedade e não possui seus próprios modos de pensar criticamente uma outra sociedade é recuperado e reproduzido nos discursos masculinos desde mitologias ocidentais, ou mesmo no arquétipo de Eva que comeu a fruta proibida, sendo expulsa junto a Adão do paraíso – Eva se torna a primeira a pecar. A mulher vista como bruxa, figura do pecado, com sentimentos, pensamentos confusos e histéricos, a mulher má e etc., não pode fazer parte da construção de sociedades pois não se encaixam na ordem social, pois são atravessadas por sentimentos que não conseguem controlar ou estabilizar. Na maioria das vezes a mulher é relegada às funções do cuidado, do papel reprodutivo, da servidão, etc, cumprindo um papel e performando um comportamento. A invisibilização e silenciamento das mulheres tem um papel político e impossibilita a ocupação de espaços.

Na prática, a relação das mulheres com a construção de sociedades alternativas e utópicas vão na contramão dos argumentos em que as mulheres não são estáveis o suficiente para a tomada de decisões ou até que são seres inferiores. Desde o modo de construir narrativas utópicas, até a organização de atividades sociais e comunitárias para as mudanças sociais, as mulheres estão “à frente de seu tempo”. Há uma ordem na organização social entre as mulheres que confrontam os modos utópicos construídos por homens, no lugar de excluir e reproduzir desigualdades, os modelos utópicos construídos por mulheres são coletivos. Há uma relação entre o enfrentamento da violência dos corpos das mulheres e de seus territórios e a construção de modelos alternativos de existência.

A defesa da vida, dos territórios e o enfrentamento as desigualdades são pontos centrais na construção das utopias feministas/femininas. Para que ocorra a construção dessas utopias é necessário mais do que questionar o poder patriarcal e capitalista antinatural, mas construir coletivamente modos alternativos a esse modelo levando em consideração as comunidades de Abya Yala lideradas muitas vezes por mulheres, que já possuem essa configuração coletiva e contra hegemônica. Essas alternativas são necessariamente feministas, pois é na luta que são construídos alicerces coletivos de enfrentamento às violências, praticadas pelo modelo patriarcal de desenvolvimento social e econômico.

3.1 Utopias femininas

As utopias tendem a aparecer como resposta às crises sociais, ou transições globais. A consciência feminista que emana do movimento de 1970, influência nas

leituras de mundo e conseqüentemente nas formas de (re)pensar a utopia que historicamente é escrita no contexto patriarcal.

Para as mulheres, pensar a construção de utopias a partir do feminismo é um movimento de resistência, com o objetivo de reescrever um mundo para as mulheres - mas não unicamente, já que o feminismo não se volta exclusivamente “às mulheres”, mas para um mundo de igualdade e digno para todas, todos e todes⁵⁶ - que lhes foi apagada, durante séculos. O período em que a “primeira” – ou pelo menos a mais famosa entre os homens – utopia foi escrita é conhecida como “A Era Dourada”⁵⁷, porém é neste período em que as mulheres vistas como bruxas eram queimadas e perseguidas. A era das primeiras utopias – ou mais famosas – eram escritas para e por homens, visto que o mundo melhor a ser conquistado/construído se faz necessariamente patriarcal.

As utopias femininas não faziam parte da possibilidade de mudança social em que eram propostas nas utopias masculinas, pois não existia a emancipação das mulheres. A utopia feminina só chegou a ser possibilidade no momento em que houve uma tomada de consciência sobre a situação das mulheres na sociedade, apenas quando foi possível criar um mundo em que as mulheres pudessem participar é que a utopia tomou um outro rumo para além do pensamento patriarcal. O apagamento da história das mulheres e a impossibilidade de exposição são fatores que também influenciaram na construção da sociedade utópica pelas mulheres.

Depois que as mulheres começaram a imaginar mundos melhor e a tornar público esses sonhos, elas continuaram a fazê-lo. Muitas utopias produzidas pelas mulheres nos séculos seguintes como conjunto substancial de utopias escritas no século XVIII, foram ignoradas ou descartadas como indignas de atenção por utópicos sérios. As estudiosas feministas, no entanto, concentraram atenção renovada e séria sobre esses textos. As suas descobertas, como fantasia recorrente nas utopias femininas de mundos habitados apenas por mulheres, tornaram-se um ímpeto para mais investigação sobre a história das mulheres⁵⁸ (BAMMER, 2004, p.21).

O movimento(s) feminista(s) e a descoberta de textos utópicos escritos por mulheres subverte e reinventa a questão da utopia. A tomada de consciência de utopias feministas muda o rumo da história que antes era escrita por homens, o sonho feminino de mundos alternativos se torna, assim, sonhos subversivos e contra hegemônicos. De acordo com Carol Pearson (1977), as estratégias narrativas das utopias feministas são

⁵⁶ O feminismo olha para as minorias políticas, não somente para si.

⁵⁷ A “Era Dourada” ou “Idade do Ouro” se refere a uma época ideal, fazendo referência a mitologia grega, onde a época era de harmonia, prosperidade e imortalidade.

⁵⁸ Tradução nossa.

caracterizadas pela mesma postura de negação e afirmação simultaneamente, “uma negação radical de todos os discursos e instituições patriarcais” e uma positividade que “promove a identidade de um grupo(s) e comunidade(s) de propósito”. A premissa principal da utopia feminista é, portanto, a negação do patriarcado como algo natural a partir de crítica sistêmica as suas estruturas.

Talvez o ponto mais importante defendido pelas críticas feministas tenha sido o de que as mulheres não só escrevem utopias, como também criaram neste campo uma tradição própria centrada na mulher. As implicações desta descoberta tanto para os estudos utópicos como para as feministas são potencialmente de longo alcance. Para começar, uma história da utopia escrita a partir da perspectiva dos desejos e sonhos das mulheres seria, sem dúvida, diferente da história utópica tal como se apresenta atualmente⁵⁹ (BAMMER, 2004, p.25).

Reescrever a história das utopias a partir da perspectiva feminista muda a forma de pensar o próprio conceito de utopia, já que por séculos a utopia foi conhecida a partir da perspectiva masculina ou patriarcal. A utopia agora vista e construída a partir de críticas feministas não só muda o rumo da história das utopias, mas também dos modelos políticos das sociedades utópicas.

Um texto importante sobre a emancipação das mulheres que consideramos como utópico – não nos termos convencionais como na obra escrita por Pizan -, é a *Reivindicação dos Direitos das Mulheres*, publicado em 1792 por Mary Wollstonecraft. As razões pelas quais consideramos essa obra como utópica são as mesmas citadas anteriormente, construção de texto emancipatório que torna a história política de mulheres possível de ser escrita. Wollstonecraft (1972) ao se referir a emancipação e direito das mulheres, a autora admite que “estes podem ser chamados de sonhos utópicos” e como a história nos conta, os sonhos utópicos da autora - emancipação das mulheres - se tornaram concretos e abriram portas para mudanças estruturais na sociedade.

A utopia se torna viável à medida que o sonho se torna coletivo, há uma potência nas ideias ou sonhos voltados às intenções futuras e como podemos ver na obra de Wollstonecraft podem se concretizar.

A consciência utópica quer enxergar bem longe, mas no fundo, apenas para atravessar a escuridão bem próxima do instante que acabou de ser vivido, em todo o devir (Seiende) está à deriva e oculto de si mesmo (BLOCH, 2005, p.23).

O espaço imaginado por e para as mulheres nos permite compreender o

⁵⁹ IDEM

potencial do pensamento utópico, pois é nesse espaço que o significado de mulher não pode ser reduzido, pelo contrário, é elevado as potências máximas. Para Marcuse (1969), o caráter radical da utopia era o único impulso possível para a mudança no sistema hegemônico. A utopia ao rejeitar os pressupostos predeterminados daquilo que deveria ser desejado ou alcançado, uma nova agenda política surge com força suficiente para uma mudança substancial. A potência histórica adquirida pela utopia por conta da visão revolucionária dos ativistas (estudantes, negrxs, mulheres, jovens) abriu caminho mais uma vez para a redefinição da utopia, mostrando seu potencial revolucionário.

Para Marcuse (1969:3), o objetivo principal da utopia (como ele o via) já havia sido alcançado: “o que é denunciado como ‘utópico’ não é mais aquilo ‘que não tem lugar’ e não pode ter lugar, mas sim aquilo que é impedido de acontecer pelo poder das sociedades estabelecidas”. O princípio utópico, proposto por Bloch (2005) como uma antítese imaginativa de uma realidade negativa, possui uma potência transformadora na dialética da história. A força transformadora da utopia sempre esteve na imaginação das pessoas durante os séculos, uma imaginação (sonho) que buscava paz, liberdade, dignidade humana, etc.

Jost Hermand (1981) explica que o pensamento utópico é extremamente importante para criar políticas de mudança social. Para o autor, a utopia concreta não quer um outro mundo, mas sim um mundo melhor e para que isso ocorra é necessário acreditar na capacidade das pessoas para transformarem as condições existentes, no sentido de mudar a história e não transcendê-la. É no momento da sua articulação que o potencial utópico da imaginação (sonho) se atualiza historicamente.

O movimento(s) feminista(s)⁶⁰ prevê mudanças estruturais na sociedade patriarcal, não só no âmbito político, econômico e ideológico, mas também nas relações sociais, identidade humana e linguagem. Esse conjunto de mudanças estruturais que os movimentos propõem evidencia o caráter radical da utopia nas formas de articulação política e cultural por meio da organização de manifestos e teorias. A utopia como alternativa radical de mudança é frequentemente utilizada por feministas ao propor mudanças substanciais nas formas de pensar a sociedade e a sobrevivência da população vulnerável. Como afirma Adrienne Rich (1976),

Precisamos imaginar um mundo em que cada mulher seja o gênio que preside seu próprio corpo. Num mundo assim, as mulheres criarão verdadeiramente

⁶⁰ Os movimentos feministas no plural são aqueles que seguem a lógica contra hegemônica e latino americano (anticolonialista).

uma nova vida, trazendo à tona [...] as visões e o pensamento necessários para sustentar, consolar e alternar a existência humana [...] sexualidade, política, inteligência, poder, maternidade, trabalho, comunidade, a intimidade desenvolverá um novo significado; o próprio pensamento será transformado⁶¹ (RICH, 1976, p.292).

Repensar o lugar da mulher na sociedade significa, em última instância, remodelar e reorganizar o mundo a partir da imaginação radical - proposta por Marcuse – reconhecendo os problemas atuais para que aconteçam mudanças não apenas necessárias, mas possíveis. O feminismo ao questionar a ordem política e os paradigmas estabelecidos nas relações de gênero, foi capaz de levar a redefinir o conceito de utópico para além dos limites impostos anteriormente. O movimento feminista - desde 1970 – coloca em evidência a semelhança entre suas orientações para o futuro e a utopia, já que existem entre eles conformidades estruturais e conceituais, como a reorganização da sociedade futura (utopia) fundamentadas no presente (histórico).

Apesar da utopia não aparecer como ponto central nas primeiras articulações da consciência feminista no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, sem a perspectiva de esperança futura não seria possível a mudança tão esperada pelo movimento feminista. No primeiro momento a consciência feminista necessitava manejar toda a raiva, dor, angústia e sofrimento que seguiam reprimidos, portanto, a utopia não aparecia como preocupação principal, “a primeira necessidade do feminismo consistia precisamente em quebrar ilusões, não em cria-los” (BAMMER, 2004).

Algumas teóricas feministas como Audre Lorde (2019), apontaram que sentimentos como raiva e dor são inseparáveis do potencial de transformação social, portanto, a raiva pode ter uma dimensão utópica já que dá forças ao desejo de transformar. A raiva como empoderamento aparece nos manifestos feministas no final dos anos 1960 ao anunciar que o patriarcado estava morto ou morrendo e o futuro feminista estava iminente.

O reconhecimento da luta do movimento(s) feminista(s) contra o patriarcado como imperativo político abre espaço para a construção alternativa dos modos de imaginar a sociedade. O movimento que se cria a partir da raiva, dor e luta das mulheres não só previu mudanças, mas já avançada na concretização dos modos de imaginar sociedades alternativas aos modelos patriarcais, criando novas formas de observar o mundo a partir das mulheres.

⁶¹ Tradução nossa.

Porém, a utopia e o impulso utópico pela revolução feminista não se dissiparam, apesar das incertezas. É importante evidenciar que o movimento feminista – que surge a partir dos anos 1970 - apesar de centralizar sua luta contra o patriarcado, ele se expande criando diversas vertentes, se tornando plural. A pluralidade dos movimentos e das mulheres que os compõem possuem diferentes histórias que atravessam questões como raça, classe, sexualidade, etnicidade e essas relações que as atravessam constroem outras visões sobre suas lutas dentro do feminismo. Os diferentes modelos de feminismo constroem diferentes visões de futuro, neste caso tanto a diferença como a pluralidade utópica possuem potência transformadora.

Além da pluralidade dos movimentos, as novas formas de desigualdade e exploração trazidas pelo advento da globalização e crescimento do neoliberalismo influenciaram consideravelmente nos movimentos feministas. A instrumentalização do movimento feminista por parte do neoliberalismo, como afirma Nancy Fraser (2009) é utilizado como ferramenta para a expansão do capitalismo tanto na área econômica como na política com discursos individualistas - o feminismo é coletivo. Em sua obra *Feminismo, capitalismo e a astúcia da história* (2009), Fraser apresenta os problemas apresentados pelo feminismo que tem mostrado finalidades distintas aos ideias pioneiros do movimento e a relação da libertação das mulheres com o fortalecimento do neoliberalismo e a construção de uma sociedade de livre mercado.

Tanto o neoliberalismo como o capitalismo organizado pelo Estado (pós-guerra) tem influenciado nos modos de organização não só da sociedade, mas dos movimentos feministas, subalternizando as mulheres e seus corpos mais uma vez. O cenário dos futuros possíveis que é apresentado ao movimento feminista pelo neoliberalismo caminha, como afirma Nancy Fraser (2009), para a opressão ao subordinar o sonho de emancipação das mulheres a acumulação de capital.

O neoliberalismo, portanto, se apropria da luta feminista por meio de discursos falaciosos de liberdade e igualdade, com o intuito de legitimar a ideia de “capitalismo flexível”. A opressão continua a mesma, o que muda são os discursos em torno do empoderamento feminino e do ideal que garante liberdade e renda. Apesar do neoliberalismo ganhar força por meio de seus discursos falaciosos e apropriação de pautas feministas criando um caráter ambíguo dentro do feminismo, o sonho de libertação das mulheres segue vivo e pulsante.

A lógica individualista e empreendedora no neoliberalismo (trabalhe mais, acorde mais cedo, um dia você chegará lá) não se sustenta por muito tempo tendo em

vista que a realidade a cerca a vida da população, inclusive dos sujeitos subalternizados, segue em desequilíbrio. A ocupação de espaços de poder e cardos de poder, por exemplo no Congresso Nacional, na Câmara Municipal, reitoria de uma universidade, mulheres empoderadas, que visam a coletividade e que se colocam no lugar de representatividade das minorias emerge como uma forma de alcançar solução. A crise dos atuais dos modos de produção que ainda seguem produzindo violência e destruição nos oferece a possibilidade de construir um outro cenário possível.

Os feminismos através de suas críticas aos modelos hegemônicos, teorias políticas e democráticas, e a racionalidade moderna, no sentido que “o ideal de sujeito moderno universal não era de fato universal, pois excluía as mulheres da possibilidade de emancipação através da razão” (MOYARGA; PRADO, 2010, p.48), contribuem de forma efetiva na construção de modelos democráticos de sociedade impactando de modo positivo os modos de pensar as sociedades.

Enquanto o sistema patriarcal segue reforçando modelos de opressão violentos, invisibilizando e subalternizando os sujeitos, os movimentos feministas fazem o caminho inverso, construindo condições para a existência e sobrevivência das comunidades e de seus sujeitos. Sem o reconhecimento da existência desses modelos de opressão patriarcais, não há como pensar efetivamente na mudança dos valores para a construção do futuro inclusivo e plural. Neste sentido, é necessária a despatriarcalização do futuro e conseqüentemente de seus modelos de opressão e violência para se pensar outros modos do desenvolvimento socioeconômico. Saffioti (2015) reforça que o conceito de patriarcado vai além do poder político, ele é também um poder econômico, pois o poder capitalista, desde o advento da industrialização, aumentou consideravelmente as desigualdades entre homens e mulheres.

Para Galindo (2015), não há descolonização sem despatriarcalização e vice-versa. Para a autora, a violência vivenciada pelas mulheres indígenas ou *bastardas* (como apresenta a autora), são práticas do neoliberalismo, que reproduzem junto a colonialidade estruturas patriarcais opressões. Neste caso, a despatriarcalização é pensada como projeto de mobilização interseccional ao apresentar possibilidades de enfrentamento às violências e o fim do neoliberalismo e de seus modos de destruição – como o extrativismo, dependentismo, capitalismo e colonialismo - que impactam diretamente os corpos-territórios, as memórias, a vida. O movimento de resistência ao evidenciar as realidades marcadas por violência, fome, pandemias e morte dá início ao

fim”. Início a novas utopias feministas e fim ao modelo neoliberal e patriarcal que controla corpos e territórios.

Os reflexos destrutivos do neoliberalismo sobre o planeta e a sociedade nos impõe a construção de futuros diferentes, como pontuamos anteriormente, este modelo falhou. A construção de futuros possíveis, como alternativa ao modelo neoliberal, é imaginada e pode ser concretizada através das possibilidades que se têm no presente em diálogo entre passado e futuro. O movimento de retornar ao passado, ressignificando o presente para construir o futuro, ou *Sankofa*⁶² - elemento cultural utilizado entre os povos Akan, da África Ocidental (região de hoje abrange parte de Gana e da Costa do Marfim), símbolo ideográfico (Adinkras) representado por um pássaro que apresenta pés firmes no chão e a cabeça virada para trás, segurando um ovo com o bico – nos ensina a importância de revisitar as trajetórias do passado, para construir um novo amanhã.

No contexto brasileiro, Ailton Krenak (2022) nos lembra que o futuro é ancestral e que precisamos agir no agora, para adiarmos o fim do mundo. O movimento de redescoberta da memória ancestral é dialética, no sentido em que narrar e ouvir os apelos da memória se concretiza dentro de cada um(a) como estratégia de mudança. As ideias ancestrais seguem existindo e resistindo às dinâmicas da sociedade que está em declínio e esvaziada de sentido.

As incertezas do futuro, para Krenak (2022) se estabelecem pela relação exploratória entre o sistema neoliberal e capitalista e a natureza, apesar das incertezas é no futuro que moram os sonhos, sonhos esses que também são ancestrais. Estamos diante do fim/esgotamento da vida, que é consequência dos modelos de produção e desenvolvimento da atual sociedade, gerando crises como as climáticas, sanitárias e sociais. Para adiarmos o fim⁶³/esgotamento desse mundo em colapso, portanto, é necessário usarmos da memória ancestral para narrar futuros e construir utopias a partir da escuta da terra e dos povos e principalmente das mulheres.

A proposta para adiar o fim do mundo e contruir futuros que encontraremos no próximo subcapítulo se construirá a partir da escuta feminina e feminista, mas também ancestral e em diálogo com a natureza.

⁶² Esse termo surge de um provérbio oral: “nunca é tarde para voltar e apanhar o que ficou atrás. Símbolo da sabedoria de aprender com o passado para construir o futuro” (NASCIMENTO L.; GÁ, 2009, p. 40-41).

⁶³ KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. Editora: Companhia das Letras. São Paulo, 2019.

3.2 Os modos de construção das utopias feministas

A Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)⁶⁴, apresentou um documento do laboratório geral de ideias que mostra que comunidades e pessoas em diversos lugares são capazes de pensar o papel do futuro naquilo que se pode ver, perceber e fazer no presente. Alguns dos autores, como os citados em capítulos anteriores tem demonstrado a importância de se pensar na construção de futuros contra hegemônicos a partir da crítica a atual configuração de sociedade.

O documento apresentado pela UNESCO, tem como objetivo alfabetizar as pessoas para o futuro. O livro-documento *Transforming the Future: Anticipation in the 21st Century*, escrito em parceria com a UNESCO, levanta novas questões sobre o “hoje” para mudar a nossa compreensão do amanhã. Para o editor geral da UNESCO, Audrey Azoulay, a alfabetização para o futuro (*future literate*) é importante para a compreensão da natureza futura do que somos e fazemos, evidenciando a possibilidade das mudanças e desenvolvendo a capacidade e a força da imaginação para a concretização das mudanças.

Tornando-se mais hábil em projetar sistemas e processos usados para imaginar o amanhã é uma parte essencial para capacitar mulheres e homens com a “capacidade de serem livres”, conforme desenvolvido por Martha Nussbaum e Amartya Sen, para criar novas abordagens para um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável⁶⁵ (AZOULAY, p.22, 2018).

No campo dos estudos sobre o futuro promovido pela UNESCO, o principal argumento utilizado é de que o futuro existe como antecipação dos processos e sistemas do presente. Os caminhos e diálogos em torno da alfabetização para o futuro propostos nos textos presentes no livro-documento, permite às pessoas a se conscientizarem sobre e para o futuro construindo e desenvolvendo formas outras de pensar o futuro.

O movimento proposto pela UNESCO junto aos “pesquisadores de futuros”, nos ajudam a compreender a importância da alfabetização no futuro, tendo em vista que são os sujeitos que constroem essas pontes para o futuro, por meio da capacidade de imaginar.

Levando em consideração as relações neoliberais que tendem a continuar existindo “nos futuros” da sociedade, a alfabetização no futuro nos abre caminho para a interpretação mais profunda das questões relacionadas ao futuro da sociedade que segue a lógica neoliberal, isto é, uma lógica destrutiva – distópica.

⁶⁴ <https://en.unesco.org/futuresliteracy/resources>

⁶⁵ Tradução livre.

Há diversas possibilidades no presente de imaginar e concretizar futuros contra hegemônicos, uma delas é a utopia feminista. As práticas de existência e resistência dos movimentos feministas - junto a outras formas de resistência ancestrais – são moldadas por muita luta e pela memória que lhes foi construída durante séculos.

A constituição dos sujeitos subalternizados e sua relação simbólica com a memória moldam suas formas de compreender valores, interpretações de mundo, modos de vida. Esses sujeitos que resistem à lógica violenta do neoliberalismo interpretam o desenvolvimento socioeconômico de outra forma, assim como o tempo – passado, presente e futuro. A construção do futuro nas vozes das mulheres de movimentos populares, como no caso do “feminismo comunitário”, que tem com proposta a militância do fazer do feminismo e não apenas uma teoria ou “corrente”, afirmam que,

O feminismo não se estuda, se faz. Nós nos definimos feministas para enfrentar o patriarcado das ruas, dos governos e das casas, decidimos nos chamar assim porque entendemos que a luta não é biológica, mas política. (GUZMÁN ARROYO; PAREDES, 2019, p.1).

Concretizar futuros por meio da imaginação daquelas(es) que ainda resistem, por meio de suas interpretações próprias de mundo - ao analisar seu passado (memória) compreendem o presente e projetam seu próprio futuro (coletivo) – são formas de transformar a realidade.

Um caminho possível é proposto pelo feminismo comunitário. Este propõe a descolonização⁶⁶ da memória para se tecer um outro tipo de memória, a ancestral. Pensando a partir de uma perspectiva latino-americana, o pensamento decolonial é ponto central para situar a memória ancestral e intervir no discurso hegemônico e androcêntrico, visto como ferramenta de opressão.

A memória situada recupera a figura daquelas que resistiram aos colonizadores, padrões, maridos e homens. O caminho da memória ancestral e do reconhecimento do lugar situado ao descolonizar o imaginário resulta em outros modos de contar a história, com outros sujeitos, outras cosmovisões. Um exemplo de movimento da memória se encontra no *Calibã e a Bruxa*, livro escrito pela autora Silvia Federici (2017) que reconta as circunstâncias históricas específicas que levaram à perseguição das mulheres (bruxas) na Europa, esclarecendo e preservando a memória de lutas.

⁶⁶ Decolonial é utilizado como contraposição à “colonialidade”, enquanto descolonial é utilizado como contraposição ao “colonialismo”. Autores como Castro Gómes e Grosfoguel (2017) e Walsh (2009), utilizam o termo *descolonización* para se referir ao processo histórico de ascensão dos Estados-nação após terem fim as administrações coloniais.

Preservar a memória é crucial se quisermos encontrar uma alternativa ao capitalismo, pois essa possibilidade dependerá de nossa capacidade de ouvir as vozes daqueles que percorreram caminhos semelhantes (FEDERICI, p.22, 2017).

O movimento de concretização de futuros por meio do resgate da memória, não se trata apenas da superação de propostas das experiências prévias do desenvolvimento neoliberal, mas é também um plano político de ações que nos permitam pensar num enfrentamento efetivo contra o *modus operandi* do patriarcado.

Nesse sentido, o feminismo comunitário propõe pensar a política dos comuns, onde os sujeitos políticos criam vínculos com suas terras e com os bens comuns, uma forma de Bem Viver (*Buen Vivir*), dessa forma nas palavras de Fernando Huanacuni (apud FÉLIX, 2016),

Para nós a premissa do Vivir Bien ou Buen Vivir significa viver em harmonia e equilíbrio, este é o conceito básico da vida. Para o capitalismo o capital é a coisa mais importante, para o comunismo o homem é a coisa mais importante, mas para a comunidade, para o povo indígena originário, a vida é a coisa mais importante e neste contexto se situa o *suma qamaña*. Vivir Bien é equilíbrio e harmonia e este equilíbrio e harmonia têm ações específicas concretas na nossa família, na nossa vida e na sociedade. Vivir Bien significa também acordar no contexto de relações com a vida, complementando-nos com todas as formas de existência (p. 94-95).

É importante ressaltar que o conceito de Bem Viver assim como a Utopia, continua a ser reinventado, elaborado e desenvolvido em diferentes contextos históricos, geográficos e ontológicos. Ambos apontam⁶⁷ para uma forma de organização contra hegemônica e comunitária voltada à satisfação das necessidades coletivas, respeitando a diversidade entre os seres humanos e a natureza.

Ambas as propostas implicam em rupturas com o atual sistema socioeconômico respeitando os princípios éticos em suas várias dimensões políticas das comunidades e povos, incluindo a esfera pedagógica e epistêmica (WALSH, 2012). O projeto que visa a qualidade de vida dos sujeitos que orienta a Utopia e o Bem Viver nomeia “um estar no mundo” (KRENAK, 2020, p.12), estimulando uma construção alternativa à concepção ocidental de progresso e bem-estar (MORIN, 2015) que impacta negativamente os corpos e territórios – por seu modelo desenvolvimentista.

O feminismo que se situa na realidade latino-americana junto a suas problemáticas específicas e a memória ancestral, compõem a construção do saber localizado, se deslocando do aparato teórico construído pelo modelo colonial dominante. O feminismo latino-americano, portanto, contribui com a promoção de uma

⁶⁷ A utopia que utilizamos e propomos nesta pesquisa.

ecologia dos saberes junto a reflexão sobre o Bem Viver, elaborando perspectivas e categorias contra hegemônicas, possibilitando a criação de conceitos extremamente importantes a partir das lutas e resistências das mulheres, como a noção de “corpo-território” (GAGO, 2020).

A crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico promovido pelo feminismo latino-americano proporcionou reflexões a respeito dos conceitos de Bem Viver e Utopia, como meios alternativos a esses modelos. Do ponto de vista do feminismo, a economia – que compreende todos os processos que sustentam a vida – dominante não protege nem promove a vida, pelo contrário, estrutura conflitos que asseguram a acumulação do capital, invisibilizando as atividades de cuidado que tornam possível a vida, realizadas majoritariamente por mulheres.

As bases para a construção de alternativas reais, como visto anteriormente, já existem e florescem nas periferias do sistema. As comunidades, as mulheres, a fauna e a flora são as principais vítimas desse regime político opressor e violento que é o neoliberalismo, para que haja sua superação é necessário um duplo processo de despatriarcalização e descolonização (CABNAL, 2017).

Uma ferramenta essencial para a construção de utopias feministas contra hegemônicas, é a percepção de que as diferenças têm um amplo potencial político, ou seja, pensar coletivamente como já proposto pelo feminismo comunitário, unindo e agindo conjuntamente em defesa da vida e dos princípios das cosmologias indígenas – como o Bem Viver – devem ser mobilizadas com base na luta comum, vividas por outros corpos e pela natureza.

Apesar dos movimentos, reflexões e práticas citadas anteriormente se alimentarem e se enriquecerem mutuamente, como potência de transformação, é importante ressaltar que há também dificuldades que surgem da interação entre eles - as vertentes do feminismo são diversas e gerando contradições e conflitos de ideias. A tentativa de utilização de formas contra hegemônicas no modelo de desenvolvimento, os instrumentos políticos hegemônicos persistem e suas marcas são extremamente profundas.

Em relação às mulheres, a igualdade de gênero ainda segue valores e objetivos próprios das abordagens feministas hegemônicas, modelados com base em um sistema político-social-ideológico neoliberal. Muitas vezes há um esvaziamento da categoria de gênero e de suas funções problematizadoras e críticas por meio de interpretações e lideranças que são cúmplices de políticas neoliberais, posicionando as mulheres em uma

única categoria - como no caso do feminismo liberal. O tecido plural e o movimento das relações com outros feminismos buscam resgatar a memória de luta para transformar a história presente, o feminismo incentiva reflexões sobre a política dos comuns.

O Bem Viver assim como a Utopia, enquanto orientação e horizonte de sentido constroem alianças potencializando as relações do comum, porém é necessário considerar algumas particularidades, como a fragmentação dos conceitos por conta de contextos linguísticos ou mesmo geográficos. Neste sentido, Julieta Paredes (2014) nos apresenta a noção de complementaridade ou *chacha-warmi*, para não cristalizarmos ou idealizarmos certos aspectos de cosmovisões e expressões de violência, obstaculizando a imaginação de outras possibilidades de com-viver (D'AMICO; PASSOALANO, 2013).

Embora queiramos, forcemos e tentamos dissimular, o *chacha-warmi* não é ponto de partida que queremos. Por quê? Porque o *chacha-warmi* não reconhece a situação real das mulheres indígenas, não incorpora a denúncia do gênero nas comunidades, naturaliza a discriminação; o machismo indigenista que é natural que as mulheres tenham certos papéis nas comunidades, não quer analisar e reconhecer que esses papéis e atividades feministas são consideradas inferiores, de menor importância, o que implica uma maior exploração da força de trabalho das mulheres. Isso significa naturalizar a discriminação, as desigualdades, a exploração e a opressão das mulheres [... não] compreender e desvendar as causas das condições históricas da opressão das mulheres nos nossos povos e mudá-las. [...] Recuperemos, então, o par complementar, mas [...] temos necessariamente que nos afastar da prática machista e conservadora do *chacha-warmi*. Este deve ser anunciado como um cenário de forte resistência machista, privilégios para os homens e violência de todo tipo contra as mulheres. Nós, a partir do feminismo comunitário, o repensamos como um par complementar de iguais *warmi-chacha*, mulher-homem, *warmil'ari*, *kuña-cuibaé*, não é simples troca do lugar das palavras, é a reconceptualização para complementar [...] que recupera o par complementar horizontal, sem hierarquias, harmônico e recíproco, par de presença, existência, representação e decisão. [...] Isto não significa] construir um novo mito nem afirmar que antes da etapa colonial teria tido necessariamente um equilíbrio fundante, como o que queremos construir agora [...] O que sim afirmamos é que estamos certas do que queremos agora, sabemos de qual realidade partimos e aonde queremos chegar⁶⁸ (PAREDES, 2014, p. 80-85).

Os movimentos metodológicos propostos tanto por Ruth Levitas (2013), como por Linda Tuhuwai (2012), serviram de aporte para construirmos um caminho prático da utopia, pensando criticamente o presente para construir o futuro, priorizando o conhecimento anticolonialista e das populações subalternizadas. As estratégias utilizadas pelo movimento feminista, pelo Bem Viver e a recuperação da memória

⁶⁸ Tradução nossa.

ancestral possibilita a edificação de uma utopia emancipadora, que visa a construção em vias contrárias ao modelo de desenvolvimento neoliberal.

O esforço coletivo potencializa o desejo transformador, com o objetivo de dissolver a lógica neoliberal, para coexistirmos em um mundo plural e intercultural, humano e não humano. É necessário resgatar o sentido originário da economia, promovendo alternativas ao desenvolvimento fundadas na reciprocidade comunitária, complementariedade ou *warmi-chacha* (PAREDES, 2014) e proteção de nossa Terra (Pachamama), que é fonte de vida.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do sujeito subalternizado por muitas vezes se constitui por uma jornada hostil e violenta de reconhecimento de seu lugar no mundo (“mundo dos homens”). Os movimentos utilizados na pesquisa tendem a construir alternativas a partir da luta dos sujeitos, em resposta ao neoliberalismo, marcando o começo de uma mudança efetiva para o fim deste regime socioeconômico.

Algumas propostas que visam alfabetizar sujeitos - educação para emancipação - para (re)imaginar futuros, como o apresentado pela UNESCO, são de extrema importância para o reconhecimento do sujeito no mundo, já que está nas mãos e na imaginação crítica deste sujeito coletivo, as ferramentas de mudança socioeconômicas. A mobilização que parte principalmente daqueles atores sociais subalternizados, mas também de organizações sociais, tendem a criar agitações de uma nova onda destinada a articular mudanças concretas nas formas de existência alternativas ao modelo de desenvolvimento predatório e violento, que é “financiado” pelo neoliberalismo.

Apesar desses movimentos parecerem abstratos – futuro especulativo –, é no presente que observamos como o futuro se configurará. As ideias, expectativas, sonhos, medos e imagens do futuro se moldam de acordo com as decisões e movimentos que fazemos no presente. O futuro utópico não pode ser determinado ou previsto, mas pode ser potência transformadora, ferramenta que nos ajuda criar, adaptar e orientar nosso futuro.

A orientação para o futuro proposta nesta pesquisa, não está e não pode estar separada do processo de transformação coletiva, ancestral e feminista. Esses movimentos são cruciais para a superação do modelo de desenvolvimento predatório – neoliberal. A participação ativa desses movimentos, para a construção e transformação

do futuro, evidenciam as lacunas - os sujeitos - que foram deixados para trás na elaboração do atual modelo de desenvolvimento.

Os movimentos de luta e resistência destacados anteriormente na pesquisa, procuram garantir compromissos com projetos de futuro, institucionalizando direitos para o corpo e território. Como pontua José Maria Arguedas (1964), em seu romance *Todas las sangres*, constituindo uma avaliação dos diferentes tempos e projetos que coexistem no Peru,

[...]o único projeto lúcido em nosso continente, é o tempo mais lento. Enquanto todo os outros projetos se entregaram, o tempo mais lento permaneceu, mantém-se de pé, está impregnado na paisagem que o representa, corre escondido nos rios profundos e ignotos dos sangues, e reaparece na superfície da consciência como movimento da sociedade, vencendo a intervenção colonial e a censura da memória. (ARGUEDAS, 1964).

Para o autor, o projeto comunitário e coletivo dos povos é a única capaz de compreender a ideia de soberania sobre o lugar e o habitar irredutível de sua existência.. As elites que administram a sociedade não possuem – ou não querem - a capacidade de compreensão da soberania da mesma forma com que os povos subalternizados a compreendem. O direcionamento das utopias futuras dos movimentos contra hegemônicos, neste contexto, visam desmascarar hierarquias do poder e a persistência colonial, desestabilizando a estrutura profunda da violência, tomando o “tempo mais lento”, da reflexão, como forma de organizar o pensamento revolucionário.

Portanto, ao retomarmos a pergunta central da pesquisa, “de que maneira o desenvolvimento atual seria afetado se fosse gerido a partir de um olhar coletivo e feminista?”, podemos “concluir”⁶⁹ que, a utopia feminista como movimento de luta contra o modelo de desenvolvimento hegemônico, abre caminho para outras formas de habitar, que recupera o vínculo com projetos que visam o enraizamento e o desenvolvimento da sociedade no espaço tempo do presente, nos permitindo retornar, recuperar e reatar o vínculo com o território, corpo e com a memória ancestral, diferente da modalidade imposta à população – violência, genocídio, ecocídio.

Há ainda diversas dificuldades para que ocorra a superação do modelo hegemônico de desenvolvimento, pois como já pontuado na pesquisa, os autores que regem a “dança política” das atividades econômicas, normalmente são homens e pensam a partir e para homens. A economia feminista nos auxilia na superação do pensar patriarcal desenvolvimentista, porém, é necessário que esses lugares sejam

⁶⁹ Conclusão provisória, pois ainda estamos em luta.

ocupados por mulheres e sujeitos subalternizados. Ela se coloca como uma contraposição a economia dominante, propondo uma análise de temas como igualdade salarial no mercado de trabalho, distribuição do trabalho reprodutivo, discriminações enfrentada por mulheres nas estruturas ocupacionais e setoriais, revelando os efeitos perversos da economia tradicional. A economia feminista, portanto, propõe novas formas e perspectivas de ver o mundo social e econômico para além das visões tradicionais. Os caminhos para a superação dos modelos hegemônicos estão abertos, mas para sua efetivação é necessário sempre discussões e reflexões sobre quais utopias serão escritas e para quem? Quais os lugares que serão ocupados e quem os ocupará?

O desafio da utopia feminista é de organizar e revisitar velhas bases teóricas e políticas e construir junto a outros movimentos contra hegemônicos formas concretas que comportem a diversidade de sujeitos que estão inseridos em processos de luta antipatriarcal e decolonial. As pesquisas em torno dos modelos de desenvolvimento e como eles afetam a vida da população – dos sujeitos subalternizados - torna-se cada vez mais necessária diante de um cenário climático, político e econômico cada vez mais polarizado. A instrumentalização da imaginação transformadora impede que as mudanças avancem, minando os espaços de debate e excluindo seus agentes políticos.

Com base nas problematizações em torno do desenvolvimento hegemônico e suas implicações, é fundamental “assumir” (nesta dissertação) um posicionamento a respeito dos dispositivos de violência. Assim como a UNESCO, projetos que assumam lugares para a construção de futuros e denúncia do presente, são de extrema urgência.

A mensagem das mulheres de Rojava - como símbolo de luta antipatriarcal - para as mulheres do mundo no dia 8 de março de 2024, abre mais uma brecha para refletirmos sobre o presente para construirmos um futuro emancipador, tanto na América Latina como no mundo, dado que o pensamento utópico emancipador é - nesta pesquisa - proposto a partir da mulheres:

Embora os Estados-nação, que fazem parte do sistema capitalista, estejam em luta entre si pela dominação mundial, eles lideram a sua verdadeira guerra contra as mulheres, os povos e a natureza. É como se uma guerra não declarada estivesse a ser travada contra as mulheres em todo o mundo. Estes ataques feminicidas constituem ataques contra toda a sociedade, os seus valores e a sua natureza. O fato de o mundo inteiro estar hoje se transformando em uma zona de guerra é resultado direto do patriarcado. Vendo que o século XXI será o século das mulheres, o sistema estatal hegemônico masculino, apesar de todas as suas contradições, lançou um ataque unido físico-psicológico-econômico e, mais importante ainda, ideológico contra as mulheres. As mulheres que não obedecem, que adquiriram consciência, que se levantaram e se organizaram, são o seu maior pesadelo. Por esta razão, os assassinatos contra mulheres pioneiras intensificaram-se nos últimos anos e dezenas de milhares delas foram jogadas

nas prisões. **Todo desenvolvimento que representa a revolução das mulheres está sob o ataque total do sistema.** [...] Se nós, mulheres, nos unirmos contra todas as políticas de dividir para governar do sistema dominado pelos homens, construirmos a nossa organização local, regional e universalmente, e desenvolvermos a nossa autodefesa, nenhum poder poderá derrotar-nos. **Como suas irmãs, dizemos: não temos nada a perder, mas temos vidas livres e um mundo inteiro a ganhar**” (COMUNIDADE DE MULHERES CURDAS, 7 de março, 2024)⁷⁰

Essa mensagem não encerra o presente trabalho, mas deixa-o aberto. Para quem queria pensar a partir de corpoterritorialidades utópicas.

5. REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. *Salidas del laberinto capitalista: decrecimiento y postextractivismo*. Buenos Aires: Tinta Limón e Fundación Rosa Luxemburgo, 2017. [Ed. bras.: *Pós-extrativismo e decrecimento: saídas do labirinto capitalista*. Trad. Tadeu Breda. São Paulo: Elefante, 2018.]
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Capitalismo e crise: o que o racismo tem a ver com isso? In: Dennis de Oliveira (Org.). *A luta contra o racismo no Brasil*. v. 1. São Paulo: Edições Fórum, 2017. p. 187-198.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Capitalismo e crise: o que o racismo tem a ver com isso? In: Dennis de Oliveira (Org.). *A luta contra o racismo no Brasil*. v. 1. São Paulo: Edições Fórum, 2017. p. 187-198.
- ALMEIDA, Silvio. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- ANTUNES, R. *O privilégio da servidão*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. Boitempo Editorial, 2020.
- ARÁOZ, Horacio Machado. O debate sobre o “extrativismo” em tempos de ressaca. A Natureza americana e a ordem colonial. DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge. *Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, p. 444-468, 2016.
- ARGUEDAS, José María. **Todas las sangres**. Buenos Aires: Editorial Losada, 1964.
- AZOULAY, Audrey. **Transforming the future: Anticipation in the 21st century**. Foreword. In: **Transforming the future: Anticipation in the 21st century**. Taylor & Francis, 2018. p. 22.

⁷⁰ Dear Comrades, Dear Sisters Of RAWA, - KJK English (kjkonline.net/en/nivis/802, acesso 14 de março de 2024)

- AHMED, Sara. Viver uma vida feminista. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- BAMBIRRA, Vânia. O capitalismo Dependente Latino-Americano. Florianópolis: Insular, 2012.
- BARRAGÁN, Alba Margarita Aguinaga et al. Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge. Descolonizar o imaginário: debates sobre o pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, p. 89-120, 2016.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. Cortez Editora, 2008.
- BEAUVOIR, Simone. O Segundo Sexo: Mitos e Fatos. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BECK, EVELYN TORTON. Sexism, Racism and Class Bias in German Utopias of the Twentieth Century. *Soundings*, p. 112-129, 1975.
- BLAU, Estúdio Alles; MIJANGOS, Amanda. Corpos, territórios e feminismos: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas. Editora Elefante, 2023.
- BLOCH, Ernst. *O Princípio Esperança*. V1. Trad. Nélio Schneider. EDUERJ: Contraponto. Rio de Janeiro. 2005.
- BUTLER, Judith. **Variaciones Sobre Sexo y Género**: Beauvoir, Wittg y Foucault. Valencia, Ediciones Alfons el Maghilmim, 1990.
- CABNAL, Lorena. Tzk’at, Red de Sanadoras Ancestrales del Feminismo Comunitário desde Iximulew – Guatemala. *Ecología Política*, n. 54, p. 98-102, 2017.
- CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. São Paulo: Veneta, 2020.
- CUEVA, Agustín. O desenvolvimento do capitalismo na América Latina. 1ª. ed. São Paulo: Lavrapalavra, 2023.
- CUSICANQUI, Silvia Rivieira. “La larga marcha por nuestra dignidade”, *Cuestión Agraria*, v. 4, p. 7-38, jul. 2018.
- D’AMICO, P.; PESSOLANO, D. Diálogos entre feminismos y Buen Vivir/Vivir Bien: distintas perspectivas, múltiples puntos de encuentro. *Confluencia, Cuyo*, n. 13, p. 13-35, 2013.
- DE OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista: O ornitorrinco. Boitempo Editorial, 2003.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sincorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FÉLIX, G. Las mujeres indígenas y el buen vivir. **Revista internacional sobre investigación en educación global y para el desarrollo**, Barcelona, n. 10, p. 93-103, set 2016.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil; ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. São Paulo: Global, 2009.

FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1995.

FERNANDES, Florestan. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1968

FRANK, Andre Gunder. El Desarrollo del subdesarrollo. Pensamiento Critico. Havana. v. 7, n. 1, pp 159-172, 1967

FURTADO, Celso. [1959]. *Formação econômica do Brasil*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2020.

FURTADO, Celso. Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GAGO, Verónica. A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo. Editora Elefante, 2020.

GALINDO, Maria. La revolución feminista se llama Despatriarcalización. *In*: CURIEL, Ochy; GALINDO, María. **Descolonización y despatriarcalización de y desde los feminismos de Abya Yala – Série Feminista Siempre**. España: Agencia Catalana de Cooperación al Desenvolupament, 2015.

GALINDO, María. *No se puede descolonizar sin despatriarcalizar: teoría y propuesta de la despatriarcalización*. La Paz: Mujeres Creando, 2013.

GILLIGAN, Carol. New maps of development: new visions of maturity. American Journal of Orthopsychiatry, v. 52, n. 2, p. 199, 1982.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografando: nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a reserva extrativista). Ibama, 2003.

GUDYNAS, E. *Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo*. In: CAAP; CLAES. *Extractivismo, política y sociedad*. Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino Americano de Ecología Social, 2009. p.187-225.

GUZMÁN ARROYO, Adriana; PAREDES, Julieta. Descolonizar la memoria. In: GUZMÁN ARROYO, Adriana; PAREDES, Julieta. *El tejido de la rebeldía: ¿Que es el feminismo comunitario?*. La Paz, Bolivia: Comunidad Mujeres Creando Comunidad, 2014.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. Trad. Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cad. Pesqui. São Paulo, v.37, n.132, p.595-609, 2007

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Octavio, *Esclavitud y capitalismo*, México, Siglo XXI, 1976, pp. 100-101 e 24.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, Violência e Terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IASI, Mauro. **O Estado e a violência**. Artigo publicado em 16/10/2013. Blog da Boitempo: Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/10/16/o-estado-e-a-violencia>. Acesso em: 10 mai. 2023.

JUNKA-AIKIO, Laura; CORTES-SEVERINO, Catalina. “Cultural Studies of Extraction”, *Cultural Studies*, v.31, n. 2-3, p. 175-84, 2017.

KRENAK, A.; MAIA, B. *Caminhos para a cultura do Bem viver*. Ailton Krenak, 2020.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. Editora: Companhia das Letras. São Paulo, 2019.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. Companhia das Letras, 2022.

LEITE, Taylisi de Souza Corrêa. *Crítica ao feminismo liberal: valor-clivagem e marxismo feminista*. São Paulo: Contracorrente, 2020.

LEVITAS, Ruth. *Where there is no vision, the people perish: A utopian ethic for a transformed future*. CUSP essay series on the Ethics of Sustainable Prosperity, v. 5, 2017.

- LORDE, Audre. Os usos da raiva: as mulheres reagem ao racismo. *In*: LORDE, Audre. **Irmã outsider**. 1. ed. Belo horizonte: Autêntica, 2019 [1984]. cap. 12, p. 155 - 167. ISBN 9788551304311
- LOVE, Joseph L. The origins of dependency analyses. *Journal of Latin American Studies*, v.22, n.1, 1990, pp.143-168.
- LOVE, Joseph L. The origins of dependency analysis. *Journal of Latin American Studies*, v. 22, n.1, 1990, pp. 143-168.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 935–952, 2014. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 12 fev. 2024.
- MANDEL, E. O capitalismo tardio. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARCUSE, Herbert. **An essay on liberation**. Beacon Press, 1969.
- MARINI, R. M. América Latina, dependencia y globalización. Bogotá: CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008.
- MARINI, Ruy Mauro. América Latina, dependência y globalización. Bogotá: CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. *In*: TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro (orgs.). Ruy Mauro Marini: Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. *In*: TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro (orgs.). Ruy Mauro Marini: Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialectica de la dependência**. Cidade do México: Editora Era, 1990.
- MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e Revolução Florianópolis: Insular, 2014.
- MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Acción y ideología**: psicologia social desde Centro América. San Salvador: UCA, 2012.
- MARX, Karl. A ideologia alemã. 9a ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Livro 1, v.1, Tomo 1 e Tomo 2.
- MAYORGA, Claudia; PRADO, Marco Aurélio Máximo. “Democracia, instituição e a articulação de categorias sociais”. *In*: MAYORGA, Claudia (Org.). *Universidade*

- cindida, universidade em conexão: ensaios sobre democratização da universidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 46-70.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios – revista do ppgav/eba/ufrrj*, n. 32, dezembro, 2016
- MÉSZÁROS. I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MIES, Marie. Patriarcado e acumulação em escala mundial: mulheres na divisão internacional do trabalho. São Paulo: Ema Livros: Editora Timo, 2022.
- MILLER, Riel. **Transforming the future: Anticipation in the 21st century**. Taylor & Francis, 2018.
- MORIN, E. *Insegnare a vivere: manifesto per cambiare*. Milano: Raffaello Cortina, 2015.
- MOURA, Clóvis. Brasil: raízes do protesto negro. São Paulo: Global, 1983.
- MOURA, Clóvis. Sociologia do Negro Brasileiro. São Paulo Ática editora. 1988.
- NASCIMENTO, Elisa Larkim; GÁ, Luiz Carlos (ORG). *Andikra – Sabedoria em símbolos africanos*. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.
- OLIVEIRA, Dennis. Movimentos sociais e uma cultura política em tempos de ação direta do capital. **Aracê: direitos humanos em revista**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 89-109, jn. 2014.
- LENIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. Tradução Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2008.
- PAREDES, J. Hilando fino: desde el feminismo comunitario. Ciudad de México: El Rebozo, Zapateándole, Lente Flotante, En cortito que's palargo e AliFem AC, 2014.
- PEARSON, Carol. Women's fantasies and feminist utopias. **Frontiers: A Journal of Women Studies**, p. 50-61, 1977.
- PÉRIVIER, Hélène. A economia feminista: por que a ciência econômica precisa do feminismo e vive-versa. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.
- PRADO, Fernando Correa. Vânia Bambirra e o marxismo crítico latino-americano. **REBELA-Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, v. 1, n. 1, 2011, pp. 152-160, 2011
- QUIJANO, Aníbal. “Colonialidad y Modernidad/Racionalidad”, *Perú Indígena*, 29, 11-21, 1991.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, 2005.

RELATÓRIO VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL – Dados de 2022, Cimi.

RICH, Adrienne. **Of woman born: Motherhood as experience and institution**. WW Norton & Company, 1976.

RODNEY, Walter. Como a Europa Subdesenvolveu a África. Coleção Leste a Oeste. 1975.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. O poder do macho. Coleção polêmica. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero patriarcado violência. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004

SAFFIOTI, Heleieth. **Violência de Gênero – lugar da práxis na construção da subjetividade**. Lutas Sociais, nº 2, PUC/SP, 1997, pp.59-79

SAFFIOTTI, H. **Gênero, Patriarcado e Violência**. 2 ed. Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Theotonio. Imperialismo y Dependencia. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

SEGATO, Rita. *La escritura em el cuerpo de las mujeres asesinadas em Ciudad Juárez*. Buenos Aires: Tinta Limín, 2004.

SEGATO, Rita. Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda. Bazar do tempo, 2021.

SEMO, Enrique, Historia del capitalismo em México. Los Orígenes. 1521/1723, México, ed. ERA, 1973, p. 232 e 236.

SHIVA, Vandana; MIES, María. *La práxis del ecofeminismo: Biotecnología, consumo, reproducción*. Barcelona: icaria Editorial, 1998.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Decolonizing methodologies: Research and indigenous peoples**. Bloomsbury Publishing, 2021.

SVAMPA, Maristella. Debates latino-americanos: indianismo, desenvolvimento, dependência e populismo. Tradução de Joana Salém Vasconcelos. São Paulo: Elefante, 2023.

TAVARES, M. C. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. In: SOUSA, C. M., THEIS, I. M., and BARBOSA, J. L. A., eds. *Celso Furtado: a esperança militante*

- (Interpretações): vol. 1 [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2020, pp. 203-227. Projeto editorial 100 anos de Celso Furtado collection. ISBN: 978-65-86221-08-4.
- VALCÁRCEL, Amelia. **Feminismo en el mundo global**. Madri: Ediciones cátedra, 2013.
- VALENTE, Rubens. Os fuzis e as flechas – a história de sangue e resistência indígenas na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. (Coleção Arquivos da Repressão no Brasil).
- VIEIRA, M. S. **Rompendo o silêncio**: o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil no âmbito dos CREAS tocantinenses. Porto Alegre: PPGSS, PUCRS, 2015.
- VON HAYEK, Friedrich A. The road to serfdom. **London: George Routledge & Sons**, v. 67, 1944.
- WALSH, C. (2012). Interculturalidad y (de)colonialidad: Perspectivas críticas y políticas. *Visão Global*, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan/dez 2012.